

## Ata Circunstanciada da 12ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

#### ATA CIRCUNSTANCIADA DA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 5 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 18H06MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão ordinária de 5 de março de 2024, terça-feira, às 15 horas.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, deputado Chico Vigilante e deputado Max Maciel.

Cumprimento todos os presentes na galeria. A luta de vocês é a nossa luta. Esta casa sempre defende todas as categorias, mas, seguramente, também o coração extraordinário do nosso presidente, por ser servidor público e abrir sempre a galeria para receber vocês. Vocês têm todo o nosso apoio. Na pessoa do presidente, o nosso apoio está emprestado para vocês, e vamos trabalhar para que a vida de vocês mude nesse sentido. Meus parabéns. Esta casa é de vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– Ata Sucinta da 10ª Sessão Ordinária, de 28 de fevereiro de 2024;

– Ata Sucinta da 11ª Sessão Ordinária, de 29 de fevereiro de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Retificação:

Na sessão de 22 de fevereiro de 2024, onde se leu “Ata Sucinta da 6ª Sessão Ordinária”, leia-se “Ata Sucinta da 7ª Sessão Ordinária”.

Convoco todos os parlamentares que estão na casa para que iniciemos esta sessão, primeiro, com os Comunicados de Líderes, depois, com os Comunicados de Parlamentares e a Ordem do Dia.

Os projetos relativos à Polícia Penal foram lidos.

Incluo na Ordem do Dia, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº 974, da Polícia Penal, e o Projeto de Lei nº 975, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e que trata da mesma matéria.

Então, Paulo, a partir deste momento o projeto de lei da Polícia Penal já se encontra em condições de ser analisado por esta casa. Obviamente, vamos conversar com os presidentes das comissões e com os demais deputados para, se conseguirmos proferir os pareceres em plenário, nós o votarmos e aprovarmos.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa., que é sempre o nosso conselheiro e orientador, deputado Max Maciel, deputado Pastor Daniel de Castro, nós temos um problema com relação a tempo. Esse projeto acabou demorando um pouco para chegar e há o fechamento da folha. Vamos pedir aos demais líderes e presidentes de comissões para que, se conseguirmos avançar na votação hoje ou amanhã – de preferência hoje –, façamos justiça a esses servidores, que têm como instrumento de

trabalho a própria vida. É muito importante que consigamos, no dia de hoje, pautar e votar esse projeto.

Convoco os senhores deputados para o andamento da sessão ordinária imediatamente.

Não havendo quórum, a presidência vai suspender os trabalhos durante 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h10min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ratifico e incluo como item extrapauta o Projeto de Lei nº 969/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”, relativo à carreira de assistência social.

O Projeto de Lei nº 975/2024 já está incluído como extrapauta.

Incluo como extrapauta o Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Reestrutura a Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

Incluo como extrapauta o Projeto de Lei nº 975/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Já há quórum, deputado? (Palmas.)

Vamos reabrir a sessão, pelo que foi lembrado pelo deputado Chico Vigilante.

(A sessão é reaberta às 15h18min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao líder do meu partido, deputado Iolando, para dar um salve ao nosso presidente Lula.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esse tem moral! Vá agradecer ao presidente Lula pela duplicação da BR-080!

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, meu bipresidente; primeiro secretário, deputado Pastor Daniel de Castro; deputado Chico Vigilante; deputado Daniel Donizet; demais membros desta casa; pessoas na galeria, que tanto contribuem para o nosso mandato. Parabéns pela iniciativa de vocês. (Palmas.) Contem com o nosso apoio. Contem com a nossa contribuição. Temos lutado bastante por vocês, fazendo com que o governo entenda a necessidade da convocação, do aumento dos quadros dos servidores públicos do Distrito Federal. Sempre temos nos colocado.

Ontem à tarde, mesmo, estive com o Ney, secretário de planejamento, prevendo a possibilidade de contratação de outros servidores, e de demais servidores. Ele estava com a sua assessora Luciana e também com outros assessores, que acompanharam a nossa solicitação e estão fazendo uma avaliação direta para depois nos passarem um quantitativo real da situação financeira do Distrito Federal, para ver em que categorias serão contratados, ou em que quantidade as contratações serão feitas pelo Governo do Distrito Federal. Isso é apenas para cumprimentá-los.

O propósito da minha fala hoje, nesta tarde, é por uma causa a qual eu defendo também, que é a causa da pessoa com deficiência no Distrito Federal. Recentemente tenho pautado bastante isso, porque temos visto o quanto dá resultado desenvolvermos um trabalho em prol da causa da pessoa com deficiência.

Eu fui vítima de um acidente de moto 30 anos atrás. Fiquei com uma sequela permanente no meu membro superior direito, no meu braço. Com isso, eu tenho determinado como foco e bandeira

principal do nosso mandato a defesa da pessoa com deficiência. Nós temos nos colocado à disposição todos os dias para que a população, para que as entidades privadas e para que as entidades públicas do nosso Distrito Federal – a capital do Brasil, a capital de todos os brasileiros – tenham todas as possibilidades de aceitação, de acolhimento, de atenção, de preservação dos direitos das pessoas com deficiência.

Nós temos lutado por isso com muita veemência, com muita vontade, com muita garra. Todos os dias temos avançado. Recentemente, apresentamos nesta casa a proposta de servidores, como vocês, que passaram em concursos públicos, e outros que estavam aguardando a contratação... Eles entraram na cota da pessoa com deficiência, mas, naquele exato momento, o governo entendeu, por meio da Subsaúde – uma subsecretaria ligada à Secretaria de Planejamento –, que as pessoas que tinham laudos médicos comprovados apresentando as suas deficiências... Essas pessoas se sentiram rejeitadas pela Subsaúde.

Nós fizemos uma apresentação no Colégio de Líderes e propusemos convidar a subsecretária da Subsaúde para vir aqui prestar esclarecimentos. Ela veio de fato na segunda-feira passada ao Colégio de Líderes e apresentou todas as justificativas. Porém, ainda não convencidos, nós apresentamos a possibilidade de que o governo tornasse a coisa mais legítima. Solicitamos que as pessoas que passassem no concurso público apresentando um laudo médico, apresentando um relatório médico comprovando a sua deficiência, não pudessem ser desclassificadas pela Subsaúde. O governo entendeu isso e resolveu suspender a decisão para fazer uma análise melhor e assim poder identificar quais são as pessoas que têm deficiências, com seus laudos comprovados. Sendo assim, elas poderiam ser contratadas pelo Governo do Distrito Federal.

Essa é uma luta constante. Nós sabemos que, desde o primeiro dia em que entramos no mandato, em 2019 – estamos agora no segundo mandato –, nós travamos uma luta constante. Já avançamos muito com a conquista da criação da Secretaria da Pessoa com Deficiência, com a conquista do Estatuto da Pessoa com Deficiência, com o Cadastro Único da Pessoa com Deficiência, com o CIL *online*, com o DF Acessível e com vários outros projetos e trabalhos que estão sendo feitos pelo Governo do Distrito Federal e pela Secretaria da Pessoa com Deficiência, encaminhados por nós, por projeto de lei de nossa autoria.

Quero dizer a todos vocês do Distrito Federal, aqueles que nos ouvem, aqueles que nos acompanham nas redes sociais, que quero me colocar também como fiscal dessas causas aqui nesta casa.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Eu não aceitarei isso e acredito que vários deputados que aqui estão lutarão por esta causa, para não deixar em vão a defesa das pessoas com deficiência e de seus direitos garantidos. Isto é o mais importante para nós: os seus direitos garantidos. Não queremos nem mais nem menos; nem menos nem mais. Nós queremos a igualdade, como todos os servidores públicos, como todo cidadão do Distrito Federal merece.

Eu me coloco à disposição. No meu portal do Instagram, @iolandooficial, você pode fazer denúncias sobre quaisquer questões que girem em torno da pessoa com deficiência: seja uma rampa que não foi feita próximo à sua residência, próximo ao seu trabalho; seja uma empresa que praticou maus tratos, que lhe tratou mal. Denuncie, por meio do nosso Instagram, ou denuncie por meio do *site* da Secretaria da Pessoa com Deficiência.

O nosso gabinete, o Gabinete 21 desta casa, da Câmara Legislativa, está à disposição para acatar todos os tipos de denúncias que são feitas contra a pessoa com deficiência no Distrito Federal. Nós não aceitaremos e iremos até a última instância para punir, realmente, aqueles que não querem cumprir aquilo que é determinado por lei. E nós vamos, aqui, cumprir a lei. Peço a ajuda de todos vocês.

Digo mais uma vez: o gabinete do deputado Iolando, o Gabinete 21, está à disposição de todos vocês para demais reclamações, críticas e quaisquer questões que girem em torno da deficiência, inclusive aquele que está usando a vaga exclusiva da pessoa com deficiência ou aquele que passou no concurso público pela cota da pessoa com deficiência e não foi contemplado e está se sentindo injustiçado, enfim, todas as pautas que giram em torno da pessoa com deficiência. Estou me colocando, agora, como fiscal oficial para esta bandeira e não abro mão de defender a pessoa com deficiência no Distrito Federal.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, presidente, pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, deputado Iolando, líder do nosso bloco.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

Deputado Pepa, o seu assessor Kiko se encontra? Nossos sentimentos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde novamente a V.Exa. e a todos os deputados aqui presentes; ao vice-presidente, deputado Ricardo Vale; ao deputado Chico Vigilante, ao deputado Iolando, ao deputado Pepa, ao deputado Joaquim Roriz Neto, ao deputado Max Maciel.

Presidente, eu peço que a mesa faça uma retificação. O líder do PP na casa é o deputado Pepa, mas lá está o meu nome. Peço para que seja alterado, porque o deputado Pepa é quem foi escolhido para ser o líder e nós precisamos respeitar isso, mas agradeço esta oportunidade de falar como líder do meu partido, o PP.

Dois assuntos me trazem a esta tribuna. O primeiro deles, sem dúvida nenhuma, agradecendo a Deus por esta oportunidade, é que, neste momento, ser um deputado distrital no Distrito Federal me proporciona participar da construção de algumas histórias que são por demais importantes. Além de trabalhar para a cidade toda, para todo o Distrito Federal, cuidamos da 26 de Setembro, de Vicente Pires, de Aguas Claras, do Riacho Fundo II, que temos cuidado com tanto carinho, além de outras cidades.

Hoje, especialmente, algo marcou a nossa vida. Lá estavam presentes o deputado Iolando, o deputado Pepa, o deputado João Cardoso, o deputado Rogério Morro da Cruz, o ex-deputado Rodrigo Delmasso. Na liderança do nosso governador, hoje, S.Exa., complementando o trabalho da Lei Complementar nº 806, que versa sobre a regularização dos templos das entidades religiosas e sociais, que há muito tempo padecem da insegurança jurídica...

Quero parabenizar aqui o presidente da Terracap, Izidio, e o seu diretor de regularização fundiária, doutor Leonardo Mundim. Eles trouxeram o novo arcabouço da entrega de todo esse documento que compõe a CDRU – Concessão de Direito Real de Uso. Essas instituições podem, junto ao governo, fazer um requerimento de sua área ou regularizar a área que elas já estão usando, inclusive pagando uma taxa de apenas 0,15%. Mas, se essas instituições estiverem prestando um trabalho social, elas podem usar a chamada moeda social. O trabalho que essas instituições prestam para o Governo do Distrito Federal faz com que elas não paguem nenhum valor dessa área utilizada, ou seja, elas utilizam a área de uma forma gratuita.

Isso é uma grande evolução, porque todos nós que aqui estamos sabemos a importância que têm as instituições religiosas, as igrejas evangélicas, as igrejas católicas, os centros espíritas. Nós sabemos a importância do trabalho social que essas comunidades fazem. Mais ainda, presidente: sabemos que o trabalho dessas instituições sociais alcança, muitas vezes, as nossas crianças. São instituições que, na maioria das vezes, estão na ponta das cidades, onde o governo, muitas vezes, é menos presente, e onde também está a comunidade mais necessitada, onde estão as nossas crianças e, às vezes, famílias em estado de vulnerabilidade, que têm tanta necessidade de ter as coisas e são abarcadas por essas instituições.

Eu tenho tido a oportunidade de receber no meu gabinete inúmeros presidentes dessas instituições. Quando eles vão ao gabinete, fazemos o que podemos, porque sabemos que essas pessoas estão na ponta transformando vidas, cuidando das nossas crianças e dos nossos adolescentes, cuidando de famílias que estão passando por momentos tenebrosos de muita dificuldade, de escassez, de falta nos seus lares. Essas instituições têm sido a *longa manus*, a mão estendida do Estado lá na ponta. Então, eu quero parabenizar o Governo do Distrito Federal.

Por certo que eu não serei um homem, um parlamentar desonesto aqui. Essa é uma luta que vem de muito tempo – não é, deputado Joaquim Roriz Neto? Muitos governos que passaram tiveram a mão nessa luta, mas não há como deixar de enaltecer a vanguarda do nosso governador Ibaneis, principalmente quando ele traz esse valor para 0,15%, porque isso diminui o valor da prestação que essas instituições têm que pagar. Eu acho até que nem é justo elas pagarem e, por isso, há a moeda social. Se a instituição faz um trabalho social, esse trabalho computa como se fosse um pagamento em pecúnia e ela não precisa pagar. Ela usa a área do Estado para fazer um trabalho que muitas vezes o Estado não tem condição de fazer.

Quero parabenizar todos os deputados envolvidos, aqueles que ajudam essas instituições, aqueles que põem emenda para que essas instituições possam fazer esse trabalho. Assim, estamos

cuidando do maior patrimônio que nós temos que são as pessoas. Parabéns a todos.

Há um segundo assunto que me traz aqui, presidente. Todo mundo sabe aqui nesta casa que eu sou pastor, então acabo sendo a voz de várias instituições religiosas no Distrito Federal, da minha igreja, Assembleia de Deus Ministério Madureira, da igreja batista, da presbiteriana, de várias igrejas. Hoje eu quero mandar um abraço muito especial, presidente, ao pastor José Clarimundo, pastor presidente da igreja Assembleia de Deus Ministério de Anápolis. Hoje esse ministério completa 84 anos de um trabalho extraordinário. Todos os anos ele tem o Comep, que é o congresso da juventude justamente no período de Carnaval.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Estou encerrando, presidente.

Tal como aqui em Brasília, onde tivemos inúmeros congressos. Eu participei de 19 congressos agora em fevereiro. Também em Anápolis milhares e milhares de jovens se reúnem durante 4 dias, 5 dias em um momento de louvor e adoração a Deus.

Portanto, esses 84 anos da Assembleia de Deus do Ministério de Anápolis têm que ser comemorados, tal como outras igrejas, a minha igreja Assembleia de Deus de Madureira, na liderança do nosso bispo primaz doutor Manoel Ferreira, do nosso bispo Samuel Ferreira, bispo Abner Ferreira, do bispo Oídes José do Carmo. É o bispado da nossa igreja que conduz a Assembleia de Deus de Madureira em nível de mundo. Essas igrejas fazem um trabalho extraordinário ao Estado.

E todos os governos, presente, passado, anteriores reconhecem a importância do trabalho dessas igrejas na nação brasileira, porque são instituições que estão cuidando de vidas, transformando vidas. Sustentamos casa de recuperação, ajudamos essas pessoas e assim a sociedade vai crescendo com a benção de Deus.

Muito obrigado, presidente, senhoras e senhores. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Quero agradecer e registrar a presença do deputado federal do PL do Maranhão, deputado Henrique Júnior. É um prazer tê-lo conosco. Seja muito bem-vindo a esta casa. O senhor é de um estado de que nós gostamos muito, o Maranhão. Conheço muito Lençóis. Agradecemos pela presença do senhor como também de sua equipe. Fique conosco. Daqui a pouco, caso o senhor queira fazer uso da palavra, suspenderemos a sessão. É um prazer tê-lo conosco. Só encerrando aqui os Comunicados de Líderes. Muito obrigado. Esta casa se alegra muito com a sua presença. Voltando lá, dê um abraço aos nossos deputados federais pelo Distrito Federal. Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa, vice-líder do União Democrático.

Hoje vamos dividir: primeiro a direita, depois a esquerda. Se bem que o deputado Eduardo Pedrosa é centro.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como vice-líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria, em primeiro lugar, aqui saudar os meus colegas policiais penais do Distrito Federal. (Palmas.)

Hoje é um dia muito feliz. Pelo menos para mim é um dia muito especial, porque vejo justiça sendo feita. Muitos policiais penais ao longo dos últimos meses viram colegas de outras categorias, inclusive de outras forças de segurança, sendo reconhecidos, e para eles, nada.

Hoje, presidente, temos a oportunidade de fazer justiça com essa categoria que sai todos os dias de casa para defender a nossa população. O combate às facções organizadas, a defesa da segurança pública da população do Distrito Federal acontece em primeiro lugar dentro dos presídios, onde essas pessoas se dedicam dia após dia em defesa de outras pessoas. São pessoas que se colocaram à disposição da sociedade, quando escolheram sua profissão, para defender outras pessoas. Nós não podemos deixar nunca de valorizar e de deixar o nosso reconhecimento a cada um de vocês. Que hoje a dor do esquecimento seja enfim contornada para que possamos valorizar essa categoria e eles possam sair daqui se sentindo reconhecidos como devem ser. (Palmas.)

Eu queria deixar essa minha fala em primeiro lugar, parabenizando a todos os policiais penais, falando da necessidade da nomeação de mais policiais penais. Sabemos dessa importância. Contem conosco nesse sentido.

Quero parabenizar o presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz, por toda a construção. Parabenizo o governador do Distrito Federal pelo apelo ao secretário de planejamento e

economia, Ney Ferraz, por ter encaminhado esse projeto para cá, ouvindo essa voz importante. Parabéns ao Paulo, presidente do sindicato, um grande amigo, guerreiro, batalhou muito nesse processo. Tenho alguns amigos como o Anderson, o Jotinha, o João Renato. Enfim, tenho vários amigos na polícia penal que também quase que diariamente falavam comigo sobre isso.

Essa é uma vitória coletiva dessa instituição, que merece todo o nosso carinho e a nossa atenção.

Quero mandar um abraço ao Teles, secretário da polícia penal hoje, que tem se dedicado muito em prol de valorizar esses profissionais.

Então, gente, muito obrigado. Parabéns a todos. (Palmas.)

Por fim, eu queria falar da violência nas escolas do Distrito Federal. Vimos recentemente um caso que chocou muitas famílias. Eu não poderia deixar aqui de falar a respeito disso. Precisamos encontrar medidas que, realmente, tragam segurança para as crianças dentro das escolas. Isso passa por um ambiente com envolvimento com tecnologia, passa por investimentos, realmente, robustos nessa área para trazer segurança para os alunos nas escolas. Passa também por acompanhamento psicológico dessas crianças dentro das escolas e nas suas casas.

Não adianta falarmos: "Vamos trabalhar para que consigamos ter um ambiente melhor", sem termos ali condições para um acompanhamento psicológico, sem termos condições de vincular, por exemplo, isso à assistência social. Vejo aqui pessoas da assistência social. Precisamos valorizar esses profissionais, porque se hoje as pessoas do Distrito Federal estão, muitas vezes, doentes, é porque estão sem apoio e sem suporte. Temos que ter esse olhar.

Então quero deixar essa minha fala com relação à segurança nas escolas, dizendo que nós, a Câmara Legislativa – tenho certeza de que, em nome do nosso presidente, eu posso falar –, estaremos empenhados em ajudar naquilo que for necessário para que possamos garantir a segurança das nossas crianças nas escolas públicas do Distrito Federal.

Eu gostaria de mandar um abraço a todos do Sindsasc, ao pessoal da Defensoria Pública e da Procuradoria, que são muito dedicados e merecem todo o nosso reconhecimento também. (Palmas.)

Um abraço a todos. Fiquem com Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado deputado Eduardo Pedrosa. Quero parabenizar V.Exa. pela importante interlocução. V.Exa. esteve em várias reuniões com o secretário Teles, com o secretário Ney, com o secretário Gustavo Rocha, com o próprio governador, brigando por isso, o que é extremamente justo.

V.Exa. esteve também com a categoria, inclusive, representando a Câmara Legislativa. Eu não pude estar lá, mas V.Exa. estava lá, ouvindo as angústias dessa importante categoria. Hoje chegamos a um momento importante.

Vale também ressaltar o papel do deputado federal Rafael Prudente, que também ajudou nessa interlocução. Ele esteve, na última reunião, junto comigo, com o Moreira, com o Paulo e com alguns secretários. Eu não poderia deixar de citá-lo, para fazer justiça.

Então, registro o meu muito obrigado pelo importante papel desempenhado pelo nobre deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale, representando o bloco da Minoria, substituindo o deputado Gabriel Magno, que está com dengue.

DEPUTADO RICARDO VALE (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, presidente. Quero saudar também, primeiramente, os servidores das várias categorias do Distrito Federal, servidores públicos que gosto de ver sempre nesta casa, mas que, infelizmente, estão sempre aqui reivindicando melhorias salariais e melhores condições de trabalho. Esta Câmara Legislativa não tem deixado de conversar, de dialogar e de dizer que é legítima a luta que vocês fazem por melhores condições de salário.

A população do Distrito Federal precisa de serviço público de qualidade e não existe serviço público de qualidade se vocês não estiverem bem remunerados. Então, fica aqui o meu respeito a todos vocês. Contem conosco também! (Palmas.)

Quero também falar, presidente, sobre o episódio triste que aconteceu na Escola Classe São José, lá em São Sebastião, onde um jovem entrou com facas, feriu alguns coleguinhas, feriu um professor, um auxiliar. Isso tem sido recorrente aqui no Distrito Federal.

Eu sou do tempo, deputado Joaquim Roriz Neto, em que existia o batalhão escolar. Sempre estudei em escolas públicas, eu e minha família, uma família grande. Quando eu chegava à escola e via o policial militar, eu já me sentia mais seguro, assim como os meus pais e todo mundo. Infelizmente, não existe mais esse batalhão, que, ao mesmo tempo em que nos deixava mais seguros, ele também impedia que jovens, por diversos motivos... Sempre havia aquelas briguinhas, mas elas não chegavam ao ponto como as que vemos hoje, em que jovens levam armas brancas, armas, revólveres para a escola. Essa situação é muito difícil.

Eu queria fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal: pense, de forma muito séria, na volta do batalhão escolar no Distrito Federal. Se não me engano o batalhão era da época do Joaquim Roriz, o seu avô, deputado Joaquim Roriz Neto.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Eu conheço um pouco da história desta cidade.

Ficam querendo colocar militares dentro das escolas, mas eles não são treinados para isso, eles não têm preparo para isso. Então, tem que se criar o batalhão escolar para prevenir que coisas assim aconteçam.

Fica aqui o apelo e a minha solidariedade à comunidade escolar de São Sebastião e do Distrito Federal inteiro. São vários professores que trabalham nessa insegurança. Infelizmente, esse tal *bullying* está em muita evidência e acabamos vendo jovens cometendo crimes. Digo de novo: tragam de volta o batalhão escolar para que possamos ter um pouco mais de tranquilidade nas nossas escolas públicas.

Presidente, também quero falar sobre o dia 8 de março, que está chegando, dia em que se comemora o Dia Internacional das Mulheres. Infelizmente, as mulheres no nosso país e no mundo – no Distrito Federal não é diferente – têm sido vítimas de muita violência, muita violência doméstica, muito desrespeito, muitos feminicídios. Temos acompanhado que no Distrito Federal todo dia há um caso de violência, todo dia há um feminicídio. Infelizmente, embora a Câmara Legislativa tenha feito e apresentado várias leis importantes, o Governo do Distrito Federal as sanciona e as regulamenta, mas não as coloca em prática.

Eu vou citar 2 leis minhas, de nossa autoria. Uma obriga o debate da questão da valorização da mulher contra o machismo nas escolas públicas, que já foi regulamentada no início do ano passado pela Secretaria de Educação. O governo e a Secretaria de Educação não a colocaram em prática ainda. Nós queremos que essa lei passe a funcionar para que, daqui a poucos anos, tenhamos uma geração menos machista, uma geração que respeite mais as mulheres, que não seja tão violenta. Então, é uma lei importante.

A outra é recente, deputado Chico Vigilante, e nela o agressor de mulher é punido no bolso quando ele agredir uma mulher, como em um caso de um cidadão que ameaçou a mulher por 4 vezes e agora ateou fogo na casa dela, tentando inclusive matá-la. Esse indivíduo já deveria estar sendo punido no bolso, porque vem a Polícia Civil, tem que acionar os bombeiros...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO RICARDO VALE – ... tem que chamar a saúde pública, é todo um gasto que o Estado tem por conta desse machista violento, que merece, além da Maria da Penha e da prisão, sentir no bolso o que é agredir uma mulher, o que é bater em uma mulher, tentar matar uma mulher.

Portanto, fica o apelo ao Governo do Distrito Federal para que faça com que as leis aprovadas aqui, principalmente as leis em defesa das mulheres, saiam do papel e existam de fato, porque só assim vamos coibir, diminuir, minimizar toda essa onda de violência no Distrito Federal contra as nossas mulheres.

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, vice-presidente Ricardo Vale. Agradeço-lhe muito as palavras.

Quero saudar o deputado Joaquim Roriz Neto, o deputado Fábio Félix. Onde está o deputado Fábio Félix?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Fábio Félix, conforme foi pedido por V.Exa., nós incluímos como extrapauta, a seu pedido, o projeto de lei que trata da carreira de

assistência social, junto com a LDO. Portanto, daqui a pouco, como segundo item de pauta, nós já vamos colocá-lo em votação, certo, deputado? Muito obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao nobre deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, senhoras e senhores deputados e quem nos acompanha neste plenário ou pela TV Câmara Distrital.

Quero iniciar dando uma saudação ao Sindsasc, a todos os assistentes sociais, aos membros da Defensoria Pública e da PGDF e aos policiais penais presentes. É importante vocês estarem aqui reivindicando o que, de fato, é de direito. (Palmas.)

Presidente, a minha fala, hoje, não poderia ser diferente, mas confesso que eu não queria fazê-la. Fiquei triste hoje de manhã, de verdade. Fiquei entristecido com a entrevista do novo secretário de transporte do Distrito Federal. Ele fez uma fala alinhada com a das empresas. Não há por que ele fazer uma fala alinhada com a das empresas.

O primeiro grande desafio de um gestor público é reconhecer suas dificuldades e fragilidades. É claro que nem tudo é tão imperfeito ou perfeito demais. Há contradições em absolutamente tudo. Mas o fato de o secretário afirmar publicamente que o sistema de transporte público é bom na capital do país mostra que ele não tem condição nenhuma de ser secretário de transporte no Distrito Federal! Ele não conhece a realidade do Distrito Federal de ponta a ponta. Ele não acorda cedo para esperar 30 minutos para pegar um ônibus, para rodar mais 40 minutos dentro da sua própria cidade, para passar mais 1 hora para chegar ao Plano Piloto. Isso totaliza quase 2 horas dentro de um meio de transporte lotado. O mínimo que o secretário deveria fazer na imprensa é pedir desculpa, e chamar a população para debater o transporte e entender as suas fragilidades.

É verdade que, hoje, temos a frota mais nova do país. Hoje! Lembro que ainda há uma empresa cujo prazo para apresentar o cronograma para a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana desta casa termina hoje mesmo, no dia de hoje! Esse cronograma não foi entregue ainda.

Detalhe: renovação de frota não é benfeitoria de empresário, não! Isso está no contrato. Para a empresa ter a renovação por mais 10 anos, a empresa deveria, no mínimo, apresentar a renovação de frota. Das 5 empresas, 3 apresentaram, e 2 não apresentaram. Isso não dá nem baliza de igualdade às empresas que se esforçaram para manter a frota nova daquelas que não. E há uma empresa que ainda anda com 70% da sua frota sucateada. Isso é uma falta de respeito com a população.

Eu vou dizer aos senhores palavras do secretário na entrevista de hoje. Fiquei chocado. Eu assistia à entrevista pela tevê e falava: "Não é possível que alguém não assessorou esse homem! Ele fala isso, publicamente, ao vivo na televisão." Ele disse: "Ônibus é feito não para que todos consigam ir sentados". É verdade, secretário. Só que, no ônibus, existem limites para número de passageiros sentados e para número de passageiros em pé. Desafio o senhor a ir comigo a qualquer cidade, em horário de pico, para ver se esses limites estão sendo respeitados. As pessoas estão como sardinhas em lata no transporte público.

Outra fala do secretário: "Você teria que ter um trem de alta velocidade para suprir essa demanda". Bem, secretário, eu não sei se o senhor sabe, mas o senhor é chefe de gabinete aí. Eu tenho aqui, em mãos, da Sudeco, o Estudo de Projeto Funcional Transporte Ferroviário Luziânia/Brasília. Está aqui. São centenas de páginas trazendo o quanto o transporte da região metropolitana melhoraria se fosse sobre trilhos.

Mas vamos falar do Distrito Federal. Senhor secretário, tenho em mãos o PDTT – Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos. O Ibaneis está há 6 anos no governo e não fez andar 1 quilômetro de trilhos na capital do país! Digam-me 1 quilômetro de trilhos, transporte de massa, que andou! Está aqui o documento, desenhado e feito por técnicos e por consultores do próprio GDF. Estão, no documento, as linhas onde ia transitar o VLT. Ele transitaria fora da área tombada, para não cair na esparrela de que não pode haver catenária. Para quem não sabe, catenária é a fiação sobre o VLT, que pega energia.

Não fizeram rodar nenhum quilômetro de trilho. Ao mesmo tempo em que não fizeram nenhum quilômetro de trilho, fizeram dezenas de viadutos, que não resolveram absolutamente nada, e um túnel, que também não resolveu absolutamente nada. Vão ter que criar outra estratégia para resolverem o trânsito.

Bem, senhor secretário, vale a pena visitar esse plano e fazê-lo sair do papel. Atravessa-se a capital do país de carro em 40 minutos; não é possível uma pessoa demorar 2 horas para chegar ao

Plano Piloto.

Detalhe: o Distrito Federal deixou de ser pêndulo há muito tempo, há muito tempo. O que é pêndulo? É a pessoa sair de Planaltina ou de São Sebastião e chegar ao Plano Piloto. Vou dar um exemplo prático. O governo criou o Mangueiral e o Crixá, em São Sebastião. As pessoas do Crixá não conseguem chegar ao IFB de São Sebastião. Tivemos que fazer uma audiência pública, colaborar com a secretaria e apresentar uma mudança de rota.

Olhem só: trabalhamos em conjunto. A nossa comissão está à disposição para colaborar com o governo para melhorias no transporte. Mas é importante que a pasta reconheça as fragilidades e não venha dizer para o público – que anda em transporte lotado todo dia e passa perrengue por horas – que o sistema é bom. Isso é falta de respeito com quem está trabalhando todo dia.

O Distrito Federal deixou de ser pêndulo porque cresceu. Nós somos a 3ª maior cidade do país. Moro no P Sul. É mais fácil, para mim, vir para o Plano Piloto do que ir para o P Norte, que fica a 1,5 quilômetro da minha quadra, porque não há ônibus do P Sul para o P Norte! Isso mostra que não há inteligência de trânsito.

Detalhe: é verdade que ficam muitos ônibus estacionados depois do horário de pico. Sabem por quê? Eles já estão pagos. É só botá-los para rodar.

Nós só vamos conseguir ter eficiência no transporte quando desprivilegiarmos o transporte individual e garantirmos um transporte público de qualidade.

Ele citou Santa Maria. No meu gabinete, há servidor que mora em Santa Maria. Não é pegar, ir de carro até o terminal do BRT e embarcar lá; quero ver pegarem uma alimentadora na expansão de Santa Maria. Secretário, uma alimentadora demora 30 minutos para chegar ao BRT de Santa Maria. Depois, são mais 30, 40 minutos até chegar ao Plano Piloto. Então, não é verdade que uma pessoa demora 30 minutos para chegar ao Plano Piloto. Demora mais, porque não há alimentadoras suficientes.

Para cidades que têm um metrô... Já falei isso aqui 1 milhão de vezes. Vou ficar um cara chato até isto entrar na cabeça desse povo: não existe ônibus concorrendo com metrô no mundo! Vocês têm mais condição de viajar do que eu. Viajem para fora que vão ver. Em todo o mundo, funciona como? Alimentam-se os terminais de baldeação, e o transporte de massa leva os passageiros com mais conforto e tranquilidade. É assim que funciona. Não é a pessoa pegar um ônibus e ficar morando dentro dele. Faz até aniversário com todo mundo, de tanto que conhece o povo, pois já passa 2 horas por dia no mesmo ônibus. Passa mais tempo dentro do ônibus, às vezes, do que com alguém da família.

Então, queremos chamar a atenção para o respeito por esta cidade.

Temos, neste momento, alguns compromissos firmados com o novo secretário. Você vai ter toda a nossa colaboração técnica e de eficiência para melhorar o transporte público, mas nós não vamos aceitar um milimetrozinho de não verdades nesse processo.

O transporte do Distrito Federal não é bom. O transporte do Distrito Federal é caro. Outra aspa do secretário: "Você tem que entender que o custo aumenta em relação ao nível de conforto de que precisa". Alguém perguntou à população que paga o transporte qual conforto ela quer? Eu vou dizer a que a fala do secretário corresponde. Eles não colocaram ar-condicionado nos ônibus por uma escolha política deles, e não por uma escolha da população que usa o transporte. Quem manda a ordem de serviço para comprar ônibus é o governo. Ele que determina a altura, o nível, se há ar-condicionado, se não há. Mas o qual ônibus que eles compram? Um chassi de caminhão com carroceria de ônibus em cima, em que qualquer senhora, como a minha mãe, tem dificuldade de subir num degrau daquele, porque ele tem quase 1 metro de altura, e qualquer um pode cair numa parada de ônibus, porque a parada é desnivelada.

Então, não existe conforto porque vocês não querem. A população quer conforto. Seja qual for o custo, o povo já paga. Esse sistema custa 2 bilhões de reais, e o Estado está devendo mais 1 bilhão, ou seja, já não é barato para dizer que tem de custar caro se quiser qualidade. Nós queremos qualidade, não importa o custo que ela exija, porque nós pagamos por ele.

Vamos exigir que a população decida também o tipo de transporte que ela quer, porque é assim que vamos fazer um transporte eficiente, com participação popular e com o povo gestando o transporte.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Assim encerro, presidente, reforçando outro convite.

A secretaria veio aqui pedir crédito suplementar para as empresas e assumiu um compromisso de, no semestre agora, apresentar a implementação do centro de controle operacional das empresas. Isso está em contrato. Já era para o governo ter feito isso no início do contrato.

Eu vou explicar o que isso quer dizer para quem está nos acompanhando. Quer dizer que era pra você chegar a uma parada e haver um letreiro – em Belo Horizonte é assim –, haver um letreirozinho, um painelzinho, dizendo o ônibus que está se aproximando, em quantos minutos ele está se aproximando. Já existe tecnologia para isso, mas o Governo do Distrito Federal não a tem.

O governador do Distrito Federal não tem GPS para monitorar as empresas, não tem fiscal para multar e saber se elas estão saindo no horário. Tudo isso quem tem é a própria empresa, ou seja, é a empresa que nos informa se ela saiu no horário, se o ônibus lotou ou não, se vai passar próximo da parada.

E aí, reforço, o ônibus sai lotado, não é por mero acaso. É a famosa pernada. Os 15 minutos que eles fazem esperar significam mais pessoas dentro do sistema, porque a remuneração é por passageiro e não por quilômetro rodado.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Presidente, muito obrigado.

Afirmo: estamos à disposição para colaborar, mas não achem que esta casa vai deixar passar despercebida qualquer falta de respeito aos trabalhadores e trabalhadoras que acordam cedo e andam em um ônibus lotado sem qualidade.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel. Vamos acompanhar de perto essa questão do transporte. O secretário esteve comigo aqui nessa semana. Eu pedi, inclusive, que ele conversasse com os deputados. Portanto, vamos alinhar isso. Algumas coisas realmente nos preocupam.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós, desta casa de leis, e a sociedade de Brasília, estamos em déficit com o pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal. (Palmas.)

Aqui foi dado aumento aos defensores, mas esqueceram o pessoal da base, o pessoal que toca, o pessoal que faz. Eu falei isso na época. Portanto, estou cobrando do defensor que, junto com o governador, encaminhe imediatamente um projeto de reparação da injustiça que está sendo feita com vocês. Isso é urgente. Até porque, para quem não sabe e está assistindo a mim, a Defensoria Pública do Distrito Federal está perdendo quadros. As pessoas passam no concurso, são treinadas e depois vão embora porque a remuneração é muito baixa.

São vocês que estão na ponta atendendo efetivamente as pessoas mais pobres. Quando alguém precisa de uma cirurgia urgente, são vocês que o atendem. Quando uma mãe está precisando da pensão alimentícia, são vocês que a atendem. Portanto, isso tem de ser tratado com a justiça que vocês merecem.

Dito isso, quero dizer ao pessoal da carreira de Polícia Penal que estamos prontos para votar o projeto. Ele já está na pauta, e vamos votá-lo e aprová-lo no dia de hoje. Só sairemos daqui depois que ele tiver sido aprovado em primeiro e segundo turnos, para que o governador possa sancioná-lo e atender vocês efetivamente. Vamos votar todos os projetos de todas as carreiras que chegam aqui, porque é assim que temos feito.

Presidente, quero abordar outro ponto. Quero falar do importante decreto, deputado Ricardo Vale, que foi assinado hoje pelo presidente Lula, mudando a qualidade da cesta básica a ser entregue à população. Estão incluídos mais 10 itens, trocando produtos ultraprocessados por produtos de classe média e os ricos já comem. A nova cesta básica será composta por 10 alimentos de diferentes grupos. São eles: feijões, leguminosas, cereais, raízes e tubérculos, legumes e verduras, frutas, castanhas e nozes, oleaginosas, carne e ovos, leite, queijo, açúcar, sal, óleo, gordura, café, chá-mate e especiarias. Essa é a nova cesta básica de um governo que efetivamente se preocupa com a população mais carente deste país, porque a classe média já comia isso todo dia. O pobre é que achava que tinha de só comer salsicha e outra bagulhada que há por aí. Portanto, estamos dando dignidade efetiva às pessoas.

Quero abordar outro ponto, presidente. Pedi há pouco uma audiência à secretária de saúde do Distrito Federal porque precisamos resolver um problema grave de uma empresa chamada Ipanema, que presta serviços de limpeza e de segurança à Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Essa empresa atrasa salário e não paga férias, deputado Wellington Luiz. O trabalhador sai de férias e volta das férias sem ter recebido nada. A empresa não paga tíquete-alimentação e não cumpre nada que está na lei.

Portanto, a nossa orientação é que a secretaria rompa o contrato com essa empresa para que os trabalhadores sejam tratados com a dignidade que merecem! Entrou de férias? O trabalhador tem que receber o pagamento 48 horas antes. É o que diz a lei. Deu quinto dia útil do mês? O salário tem que ser pago! E o que diz a lei.

Portanto, nós estamos indo à secretaria exigir que ela rompa o contrato com essa empresa para que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam tratados com dignidade!

Por último, senhor presidente, nós estamos nos aproximando do dia 8. E eu quero homenagear todas as mulheres do Distrito Federal e do Brasil. Estou muito feliz porque uma servidora desta casa que trabalhou conosco como secretária-geral da CPI dos Atos Antidemocráticos – ela que cuidava de todo o trâmite –, a Sarinha, teve sua competência reconhecida pelo Exército Brasileiro. Ela é uma das poucas mulheres que receberam uma medalha de honra do Exército.

Portanto, esta casa precisa, mais do que nunca, homenagear as mulheres e, na pessoa da Sarah, funcionária desta casa, nós estamos homenageando todas as mulheres do Distrito Federal e do Brasil – inclusive as nossas taquígrafas, que são de ouro! São pessoas que estão aqui o tempo todo e fazem a entrega de todo o trabalho que fazemos.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Nós ficamos muito felizes com a homenagem feita à nossa assessora, a servidora Sarah. É motivo de muito orgulho para esta casa, que nos representa de forma extraordinária.

Parabéns, deputado, pela lembrança. Parabéns também, deputado, pelo cuidado e pelo zelo com os servidores. E este é o papel do parlamentar: fiscalizar, cuidar, cobrar – inclusive dos órgãos do Executivo – para que essas empresas cumpram as exigências devidas. Se não estão pagando, precisam ser responsabilizadas. Não é a primeira vez que V.Exa. faz isso. Ficamos muito felizes. Já tivemos problemas como esse na Câmara Legislativa, e nós demos um bom exemplo trocando a empresa. Então, se tiver que ser feito, será.

Parabenizo V.Exa. por isso. Vamos ficar de olho e solicitar aos representantes do Executivo que vejam imediatamente o que está acontecendo e que providências sejam adotadas.

Obrigado, deputado.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, senhor presidente.

Senhor presidente, eu tenho uma reunião marcada neste horário. Então, vou dar uma fugidinha de 10 minutos e, depois, eu retorno ao plenário. Eu vou estar com o Sandro Avelar, secretário de segurança pública, mas não poderia deixar o meu abraço aos policiais penais. (Palmas.)

É preciso que eles saibam que eu, sendo da segurança pública, reconheço a categoria como nossa categoria irmã. Eu entendo que a segurança pública é um sistema. Então, cada um, constitucionalmente, tem a sua atribuição, tem o seu papel, tem o seu momento.

E, infelizmente, quando, na sociedade, tudo falha, os cidadãos em conflito com a lei, vamos dizer assim, vão parar em nossas mãos e, ao final, vão para a ressocialização. Esse é o grupo que encontra essas pessoas e passa o maior tempo com elas, que precisam ser ressocializadas para que possam retornar à sociedade.

Nós reconhecemos a importância do papel que vocês desenvolvem, nós estamos juntos, presidente, deputado Wellington Luiz. Temos sempre conversado sobre como devemos trabalhar para apoiar as forças de segurança, para fazê-las serem reconhecidas como devem ser. Vocês têm nosso apoio, o nosso mandato está atento, o gabinete está atento a todas as lutas que vocês travam. Nós trabalharemos para que vocês realmente consigam ser reconhecidos e tenham as tão sonhadas nomeações, que é o pedido de vocês, para fortalecê-los.

Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Doutora Jane. Nós lhe agradecemos e a parabenizamos. V.Exa., presidente da Comissão de Segurança Pública, bem colocou aqui: está sempre atenta.

Deputado Joaquim Roriz Neto, quando a igreja falha, quando a família falha, quando o Estado falha, é lá que eles vão parar. Nós precisamos reconhecê-los e valorizá-los. A deputada Doutora Jane foi muito feliz por lembrar isso. Parabéns, deputada, esse é o nosso reconhecimento.

A deputada irá nos representar em uma reunião com o secretário Sandro Avelar. Daqui a pouco, S.Exa. estará de volta para votar esses importantes projetos conosco.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, antes de qualquer coisa, eu gostaria de agradecer a Deus por este momento e cumprimentar todas as categorias que estão presentes na galeria: o Sindsasc, a PGDF, os defensores e, em especial, a categoria da Polícia Penal. (Palmas.)

Eu fiquei muito feliz com a reunião que nós tivemos hoje, conduzida por mim, pelo deputado Eduardo Pedrosa e pela deputada Jaqueline Silva na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças onde, em caráter emergencial, aprovamos o parecer sobre a reestruturação dos policiais penais, justamente para que hoje pudéssemos trazê-lo ao plenário para darmos celeridade a algo tão merecido pela categoria de vocês.

Às vezes é contraindicado falar as coisas que eu falarei, porque não pega muito bem, mas nós ficamos engasgados de as pessoas ficarem só falando, senhor presidente, dos direitos dos presos, dos direitos das pessoas que estão lá dentro, de melhoria das condições para as pessoas que estão dentro da cadeia, mas ninguém fala das vítimas, ninguém fala daquela mãe que perdeu seu filho assassinado, ninguém fala daquela mulher que foi estuprada, ninguém fala daquela criança que foi sequestrada e ninguém fala das pessoas que colocam sua vida na linha de frente para garantir que essas pessoas entrem na linha. Essas pessoas são vocês, vocês precisam ser homenageados, precisam ser reconhecidos. (Palmas.)

Senhor presidente, às vezes a pessoa tem uma família boa, vai à igreja, tem uma boa escola, mas ela não presta. Ela acaba indo para a cadeia, e são essas pessoas aqui que sofrem. Nós precisamos valorizá-los, colocá-los em um patamar, na minha opinião, infinitamente mais alto que o dos presos que estão lá dentro, loucos para sair e cometer mais crimes. Desculpem-me por falar, mas precisava ser dito.

Quero falar sobre outro assunto que também foi abordado aqui por outros parlamentares: a segurança das nossas escolas. Quero prestar solidariedade a todos os envolvidos no caso de São Sebastião: a todas as famílias, às pessoas da escola. No ano passado, deputado Fábio Félix, passamos muito tempo aqui debatendo esse assunto: como nós resolveríamos esse problema da insegurança nas escolas; como se daria uma melhoria, tanto no curto quanto no longo prazo, de forma institucional a fim de reduzir essa questão dos ataques. Mas aconteceu algo que ocorre muito aqui no Brasil: o problema some e ele para de ser debatido. E aconteceu de novo.

Existe um projeto tramitando na Câmara Legislativa – infelizmente de forma muito lenta –, de autoria do deputado Martins Machado, que eu gostaria que fosse reavaliado, presidente, porque ele institui a obrigação de as escolas terem detectores de metais. Se o projeto de lei estivesse em vigor, esse aluno não teria conseguido entrar dentro da escola com essas facas.

Nós não estamos falando de política contra o aluno, estamos falando de política a favor da vida! Eu sou pai, tenho uma filhinha de 4 anos, e o que eu quero para a minha filha, eu quero para todos os pais do Distrito Federal: que as crianças estejam dentro de uma escola sentindo-se seguras.

Para dar continuidade a essa questão da educação, eu queria trazer à tona uma situação que chegou a mim, hoje, aqui na Câmara Legislativa. Os representantes do Sindicato dos Transportes Escolares fizeram uma reunião comigo, há algumas horas, e eles estão pedindo socorro. Deputado Max Maciel, peço a atenção de V.Exa. porque é uma pauta que V.Exa. defende: o transporte.

Eles me relataram que o serviço de transporte escolar é regulado pela Lei nº 2.819/2001, que não estabelece um prazo para essa atividade. Contudo, foi publicado recentemente um decreto do Detran que reduz a vigência de permissão para apenas 36 meses. E eu pergunto, tanto a você como aos outros parlamentares, como um permissionário...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – ... vai financiar um veículo de 400 mil reais em apenas 36 meses? Como esse pai e essa mãe de família vão fazer? Só há 2 alternativas: ou o permissionário vai morrer de fome e vai desistir de trabalhar, ou os nossos filhos vão ser levados para as escolas em carros sucateados. Um ou outro, porque o prazo de concessão é de 36 meses, mas não é o que a lei diz; muito pelo contrário, a lei não estabelece prazo. No art. 6º, § 2º, ela permite a transferência da autorização do permissionário para os seus sucessores em caso de morte ou invalidez. A lei diz o contrário, mas o que está em vigência, hoje, é essa limitação.

Então, eu gostaria de pedir, encarecidamente, a todos os parlamentares desta casa para ajudarmos essa categoria que está aqui para levar os nossos filhos à escola com segurança. Eu gostaria de pedir ajuda ao Takane, do Detran; ao deputado Eduardo Pedrosa; ao nosso secretário Gustavo Rocha, que sempre que é acionado faz o máximo para ajudar e resolver essas questões; e, em especial, ao nosso governador Ibaneis.

É impossível uma pessoa conseguir ficar atenta a simplesmente...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – ... tudo que acontece no âmbito do Distrito Federal, mas o governador Ibaneis tem sensibilidade. Quando o problema chega à mesa dele, ele corre atrás para resolvê-lo. Eu gostaria muito de pedir ajuda em nome desse sindicato.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto.

Quero registrar e agradecer a presença do nosso amigo deputado federal Reginaldo Veras. É um prazer enorme revê-lo nesta casa, sua origem. Obrigado, professor deputado Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Cumprimento todas as senhoras e senhores parlamentares, assessoria, pessoal da TV Câmara Distrital e da imprensa que nos acompanha.

Quero cumprimentar todos os servidores públicos que estão na galeria hoje, sem exceção. Não preciso citá-los porque já foram citados. Venho acompanhando 46 categorias, talvez por ser servidor de 2 carreiras – acredito que vocês já saibam que sou auditor fiscal de atividades urbanas e professor da Secretaria de Educação.

Mais uma vez repito: vocês devem ser valorizados sempre, ser respeitados sempre, porque os verdadeiros guardiões do serviço público são os servidores públicos de carreira. Sejam muito bem-vindos a esta casa e contem sempre comigo – tenho certeza de que posso falar isto – e com os 23 deputados da casa. Sejam bem-vindos! (Palmas.)

Há uma situação específica, presidente, de que quero falar novamente: é a respeito dos Avas e dos ACS. São servidores que trabalham na vigilância ambiental. Nós continuamos com a epidemia de dengue. Eu fiz esse anúncio aqui em novembro, depois de ter feito o levantamento técnico – nosso mandato é técnico – na Vigilância Ambiental, na Secretaria de Saúde. Infelizmente, esses servidores não foram convocados em quantidade suficiente para o combate à dengue.

Pensamos que é uma coisa muito simples de se fazer, mas não é. Às vezes, estamos em casa – na Ceilândia, deputado Max Maciel, em Sobradinho – tranquilos e bate à porta um ACS. Você abre e ele fala: “Posso dar uma olhadinha no seu quintal?” Você diz que pode, achando que não há nada. Mas ele vai a um local onde você jamais imaginaria que poderia haver a larva do mosquito da dengue e ali há. Com isso, você passa a ficar alerta na sua casa, deputado Pastor Daniel de Castro.

Esses servidores que batem à porta são importantíssimos! Eles falam: “O senhor olhou a caixa d’água?” Você diz: “Não!” Eles questionam: “Será que a tampa não está aberta?” A pessoa sobe lá, a tampa está aberta e a larva lá está. Então, esses servidores são de suma importância.

Houve uma convocação baixíssima! Tenho certeza de que alguém da galeria ou do plenário conhece pessoas que tiveram dengue. Temos aqui o Deputado Chico Vigilante que saiu há pouco de uma dengue e sabe o que passou – não é, deputado Chico Vigilante? Graças a Deus S.Exa. está aqui, mas ainda há óbitos no Distrito Federal e no Brasil inteiro, deputado Joaquim Roriz Neto.

O maior número de focos está em Brazlândia, Ceilândia, Pôr do Sol e Sol Nascente, mas apenas 6 servidores do último concurso foram convocados para essa região. Apenas 115 servidores do último concurso foram convocados. Isso é muito pouco. Não dá para bater de porta em porta e fazer a orientação necessária.

É claro que temos a ajuda do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e do Exército, mas nós precisamos de mais servidores efetivos, porque essas pessoas do Exército, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e de outros órgãos vão trabalhar apenas durante a epidemia. Entretanto, o ciclo da dengue dura todo o ano. Esses ovos muitas vezes ficam guardados e só eclodem quando vem a água. Então, precisamos de servidores públicos – os ACS e os Avas – o mais rápido possível em todas as cidades do Distrito Federal.

Por isso, mais uma vez conclamo que o Governo do Distrito Federal mude. Se for para derrubar o veto da LDO, que derrubemos! A previsão é convocar todos os que passaram no concurso. Ou que o governo mande a mudança para a Câmara Legislativa para que possamos, mais uma vez, alterar a LDO e convocar mais servidores para o combate à dengue, senão isso vai causar um problema grande. A notícia que temos é de que há o quinto vetor. Agora o mosquito não tem só 4 vetores, mas 5. O quinto é africano e ainda não se sabe o que pode causar na nossa população. Por isso, mais uma vez: convocação já dos ACS e dos Avas!

Presidente, para finalizar, gostaria de falar sobre a homologação do concurso dos auditores fiscais de atividades urbanas, carreira da qual faço parte.

Há auditores fiscais com o curso de formação pronto, mas há um déficit de mais de 600 servidores auditores fiscais nas 5 especialidades. Nós fizemos uma indagação ao Tribunal de Contas, mandada pela antiga Seplad. A secretaria não precisava ter parado o concurso, mas entenderam que sim. Agora eles foram notificados, por meio do ofício o Tribunal de Contas, de que já podem fazer a homologação do concurso.

Peço ao secretário Ney que faça a homologação o mais rápido possível e que faça também a convocação desses auditores fiscais, porque eles estão aptos a virem para as fileiras dos servidores públicos do GDF para trabalharem. Estão aí atrás o tempo todo, são servidores já formados e estão prontos. Que essa convocação seja feita logo, porque precisamos desses servidores! Eles estiveram comigo agora e me entregaram uma gama de documentações que vamos enviar hoje ainda à Seplad com a assinatura de todos os servidores que fizeram o curso de formação e que estão aptos a assumir o serviço público como auditores fiscais de atividades urbanas de 5 especialidades. Eles fazem parte da minha carreira.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado João Cardoso.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, na verdade, desejo fazer um aparte à fala do deputado João Cardoso, porque S.Exa. chamou a atenção sobre uma coisa importante que é preciso revelar para a população. Dos 115 Avas e ACS que foram anunciados, há, na área central de Brasília – Asa Norte, Asa Sul, Cruzeiro, Lago Sul, Vila Planalto, Sudoeste e Octogonal –, 41 nomeados.

Nós não temos problema com a área especificamente. Nós defendemos o acesso ao serviço público para todo mundo. Porém, o problema que chama a atenção é que nós estamos falando de uma área de alto poder aquisitivo, em que a maioria da população tem plano de saúde; e a maior incidência de contágio pela dengue é em Brazlândia, Sol Nascente, Pôr do Sol, Ceilândia – e essas áreas só receberam 6 servidores convocados do último concurso.

Não há equidade na política pública. Há uma área com 41 servidores convocados e uma área de maior incidência com 6. Nós não estamos privilegiando uma ou outra, mas na política pública o que se deve olhar não é a igualdade, é a equidade. É tratar diferente os diferentes. Nós temos uma área com população maior, com mais de 1 milhão de habitantes, com 6 agentes, enquanto outra área com 41. Fica aqui a recomendação de a secretaria nos apresentar o que balizou essa distribuição não equânime. Obviamente faremos um requerimento disso.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Encerram-se os Comunicados de Líderes. O

deputado João Cardoso foi o último a falar. O deputado Fábio Felix pediu, e eu pedi a ele que falasse no Comunicado de Parlamentares, porque nós já encerraríamos com a fala do deputado João Cardoso.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

O primeiro inscrito é o deputado Hermeto. Após, estão inscritos o deputado Roosevelt, deputado Rogério Morro da Cruz, deputado Fábio Félix e depois os demais deputados que pretendem fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde, meus nobres pares.

Hoje eu vou falar sobre a inelegibilidade do candidato ao Buriti nas últimas eleições. Os ataques que ele fez ao governador Ibaneis foram levianos. Aqui mesmo, neste plenário, ele chamava o governador de corrupto. Muitas vezes, o governador Ibaneis era atacado de todas as formas. O TRE ontem fez justiça, porque ele fez uma campanha que atacava, tentava denigrir a imagem do governador incessantemente.

Por isso, esse candidato, que hoje está no governo federal, ocupa um cargo importante e já está se movimentando para vir candidato de novo, tem que aprender que política se faz com construção, mostrando o que se faz. Não é tentando desmoralizar o outro candidato. Por isso, ele foi condenado por *fake news* pelo TRE.

Ninguém falou nada hoje aqui. V.Exas. sabem que eu não sou extrema-direita, não sou extrema-esquerda, mas eu fico bobo de ver. Se fosse um candidato nosso, estaria sendo massacrado hoje neste plenário. Porém, eu não vejo uma linha de ninguém. Pois bem: esse candidato está inelegível! O governador Ibaneis está aí, reeleito em primeiro turno. Segurou os ataques e foi afrontado de todas as formas por esse candidato. Um candidato que não media as palavras – não as media, deputado Chico Vigilante.

Quantas e quantas vezes, quando era deputado distrital, ele chamava o governador de corrupto porque havia uma operação em uma secretaria tal, como se o governador fosse responsável pelo que faz qualquer um em uma secretaria, em uma administração regional. Do tamanho que é o governo, cada um que responda pela sua responsabilidade.

Então, candidato, V.Exa. está inelegível pelo TRE do Distrito Federal. Suas afrontas, seu nariz de Pinóquio... Ele fantasiou o governador de Pinóquio, com total desrespeito ao governador Ibaneis Rocha. Hoje, ele colhe a condenação dele. Vergonha. Vergonha para ele.

Eu tive, como líder do governo, vários embates com esse candidato, que era deputado distrital. Às vezes, eu até pedia para ele: "Meça as palavras, deputado. Você está acusando o governador de uma coisa que ele não é. Ele nunca foi condenado a nada para ser chamado de corrupto, de mentiroso." Ele o chamava assim mesmo. E fez isso na campanha.

Ele tentou, de todas as formas, ganhar notoriedade, ir para o segundo turno fazendo uma campanha para destruir totalmente o outro candidato. Está aí a resposta. Agora que ele se movimenta e vá ao TSE para tentar reverter essa posição. Porém, hoje ele é inelegível. Essa palavra enche a boca de muita gente. Inelegível. Hoje, eu não vejo ninguém falar nada do candidato que era da esquerda e que foi candidato contra o governador. Eu digo: você é inelegível hoje.

Esse é o meu desabafo, porque tive muitos embates com esse candidato nesta casa quando ele era deputado.

Outra coisa, estive com o governador hoje, juntamente com a nossa comandante-geral. Levamos algumas propostas para tentar melhorar algumas coisas para a nossa corporação. Quero agradecer o empenho da nossa comandante-geral da PM, coronel Ana Paula, que tem trabalhado muito pelo bem da nossa instituição.

Levamos a ele um estudo – o governador ficou de analisá-lo, não há nada certo ainda – para tentar contratar novos policiais que estão na reserva. Nós não temos orçamento ainda. Fizemos um estudo do que podemos fazer. Se Deus quiser, vai dar certo, mas não há nada definido ainda. Vamos tentar buscar orçamento, tentar melhorar isso.

Aos nossos concursados que eu estou acompanhando, no domingo, eles fizeram o psicotécnico. São 3.400, deputado Roosevelt, que estão nessa peleja. No domingo, eles fizeram a última etapa, que

foi o psicotécnico, e hoje estão entregando os exames médicos. Estou acompanhando vocês todos. Se Deus quiser, nós vamos ter um curso de formação com 1.000, 1.200 policiais.

Hoje, eu conversei com a coronel Ana Paula, junto com o secretário de segurança, para que tenhamos um espaço maior, porque, deputado Roosevelt, nós vamos ter 30% de mulheres pela primeira vez. Então, nós precisamos adequar as instalações do Cepom com banheiros, vestiários, para que possamos receber as nossas mulheres, deputado Chico Vigilante. Estivemos com o governador...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – ... e mostramos a ele essa necessidade. Vamos buscar o orçamento agora em março, mês em que se abre a janela desse remanejamento no Congresso Nacional, para que possamos ter o dinheiro para contratar os 1.000, 1.200 policiais este ano e no ano que vem também.

São muitos trabalhos, muitas dificuldades, porém estamos trabalhando diuturnamente, buscando sempre equacionar a situação do efetivo da corporação, que realmente está muito difícil, deputado Chico Vigilante – muito difícil.

Governos que passaram não perceberam uma forma de recompor o efetivo anualmente, e hoje nós sofremos na pele.

Muito obrigado, presidente, pelo tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto. Parabenizo-o pela ação em favor dos policiais da reserva. Isso é importante – viu, deputado Hermeto? –, porque traz para a corporação policiais já experimentados que podem ajudar no combate à violência.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas. O que me traz à tribuna nesta tarde é a pauta do Supremo Tribunal Federal de amanhã, que prevê o enfrentamento de um recurso extraordinário que visa à possibilidade de declaração de inconstitucionalidade das penas previstas para os usuários de drogas. Essas penas estão descritas na Lei nº 11.343/2006, no seu art. 28, senhor presidente. E, na verdade, quando vamos verificar a lei, já são um grande engodo as penas previstas nessa lei tão conhecida como a Lei Antidrogas.

A pena prevista é a pena de prestação de serviço à comunidade. Lá diz também que essa pena é de, no máximo, 5 meses. Havendo reincidência, pode-se chegar a 10 meses. Se o usuário descumprir essa pena reiteradas vezes e for preso ou pego fazendo uso de drogas, deputado Pastor Daniel de Castro, ele poderá, por parte do agente, por parte da autoridade judiciária, ser admoestado verbalmente. Meu Deus do céu! Aí, sim, essa é uma pena grave – muitos aqui devem imaginar, não é? Mas admoestação verbal nada mais é do que uma bronca! É uma bronca!

Essa bronca concretiza uma afronta à população brasileira de bem, que sai cedo de casa para trabalhar, que trabalha de forma árdua para criar os seus filhos longe da criminalidade, longe das drogas. Quantas são as famílias hoje que estão dilaceradas por conta de terem os seus filhos, seus entes queridos, perdidos para a droga – essa desgraça familiar – seja por meio da *overdose*, seja por meio de seus filhos que estão bem encaminhados serem vítimas do tráfico, serem vítimas do crime produzido pela droga!

Alguns dirão: “Mas, deputado Roosevelt, existem vários países que descriminalizaram e legalizaram a droga”. Hoje, nenhum deles apresenta números que nos convençam a caminharmos nesse sentido.

Vou pegar como exemplo, presidente deputado Wellington Luiz, o estado de Óregon, nos Estados Unidos, que agora, dias atrás, retroagiu. O parlamento do estado voltou a criminalizar o uso de drogas. À época, os especialistas defenderam que a legalização iria diminuir o crime e que iria, inclusive, diminuir o consumo. Ledo engano, aumentou drasticamente. O número de *overdoses* chegou a aumentar mais de 30%, e agora o parlamento de lá retroagiu nesse sentido. O projeto, agora aprovado, caminha para a governadora realizar a sua avaliação: sanção ou veto.

Qual a chance de isso dar certo no nosso país? Um colega me indagou, dizendo o seguinte: “Roosevelt, o que me preocupa é que esse processo, ao ser analisado no Supremo Tribunal Federal, visa à descriminalização”. Ou seja, nem essas penas ridículas que eu listei existirão mais, e o temor dele é caminharmos para a legalização. O que seria a legalização? Seria termos um ciclo completo legalizado no país: produção, comercialização e uso. Aí, eu me atrevi a dizer o seguinte: “Não se

preocupe, nós não iremos legalizar o comércio de drogas no nosso país”.

Sabe por que, deputado Wellington Luiz, nós não iremos legalizar? V.Exa., que é policial, vai compreender muito bem o que vou acabar de dizer aqui, neste momento. Porque, se legalizarmos as drogas, qualquer pessoa poderá empreender nesse segmento devasto. Poderão abrir uma loja e vender a droga.

E as organizações criminosas, que estão totalmente embrenhadas dentro do poder público, com certeza falaram: “Não. Aí, não! Essa reserva de mercado é nossa. Só nós traficantes queremos vender a droga. Se você legalizar, qualquer um vai poder empreender e vai ficar cara demais, porque eu vou ter que pagar impostos. Então, deixe como está. Nós estamos protegidos aqui no morro. Ninguém mexe conosco e, aqui e acolá, nos soltam. Inclusive de presídios federais.”

(Soa a campainha.)

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – E aqui eu cumprimento os nossos policiais penais, que fazem um belo trabalho e, de antemão, podem contar com o nosso apoio.

Está claro. Não se preocupem! Não haverá legalização em nosso país por conta de uma reserva de mercado. Só os traficantes poderão vender a droga, mas todos poderão consumir. Olha, que lindo, gente!

As senhoras e os senhores já perceberam essa artimanha? Isso nos assusta. Nós pessoas de bem, que desenhamos um país melhor, uma cidade, um Distrito Federal melhor para criarmos nossos filhos, não podemos admitir isso.

Dessa forma, deixo clara a minha posição contra a descriminalização das drogas no país e vou na contramão. Faço um apelo ao Congresso, para que reaja. Esse processo caminha no Supremo Tribunal Federal já há mais de 1 década. O congresso tem que, de forma imediata, aprovar um projeto não só deixando clara a criminalização do uso de drogas, mas majorando as penas também, para que fique claro que a sociedade brasileira de bem não coaduna com esse tipo de comportamento na nossa cidade.

Obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Parabéns, deputado Roosevelt, pela importante abordagem. Trata-se de um tema extremamente sensível. Precisamos ter muito cuidado com o que faremos do nosso país.

Convido, para fazer uso da palavra, o nobre deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, galeria, jornalistas, nesta oportunidade, venho falar sobre um fato lamentável ocorrido nessa última segunda-feira, no Centro Educacional São José, em São Sebastião. Um adolescente de 15 anos, portando 2 facas, feriu 5 pessoas: 3 colegas, 1 monitora e 1 professor.

Graças a Deus, o ocorrido não se transformou em uma tragédia em se tratando de perda de vidas, mas confirma um problema seriíssimo vivenciado em nossas escolas, qual seja, a violência.

É necessário, senhor presidente, a adoção urgente de políticas públicas de combate à violência em nossos estabelecimentos de ensino, visto que têm se transformado em acontecimentos constantes as denúncias e agressões entre alunos e, muitas vezes, até contra os educadores. Essas agressões, em sua maioria, são praticadas pelos próprios estudantes, o que reputamos preocupante sob todos os aspectos.

Sou autor de 2 projetos de lei que tramitam nesta casa que buscam contribuir para atenuar a violência no ambiente escolar. O primeiro deles, senhor presidente, é o Projeto de Lei nº 274/2023, que busca instituir o Protocolo Nossa Escola Segura e criar o selo Escola pela Paz como estratégia para prevenir e enfrentar a violência nas escolas do Distrito Federal. O objetivo principal é estabelecer um ambiente escolar seguro, envolvendo alunos, pais, professores e a comunidade na elaboração de planos e ação em reposta a emergências, inspirado num programa bem-sucedido, implementado em escolas municipais de ensino fundamental pela Universidade Estadual de Campinas.

Também temos o Projeto de Lei nº 552/2023, que visa a introduzir a obrigatoriedade ao estabelecimento de ensino de oferecer serviço gratuito de atendimento, denominado Disk-Bullying, que permite a recepção de denúncias relacionadas ao *bullying* por meio de linhas telefônicas ou outros meios digitais.

Não podemos deixar, presidente, de observar que o adolescente agressor, em seu depoimento, disse que há tempo vinha sendo vítima de *bullying* na escola e que, por isso, reagiu e o fez da pior maneira possível. Por isso, defendo as proposições de minha autoria, as quais, como eu disse, buscam levar paz e segurança às unidades escolares.

Por fim, quero me solidarizar com as vítimas do ataque e seus familiares, colocando-me à disposição para o que for preciso, justamente porque acredito no valor de cada vida. Que Deus os abençoe!

Por se tratar de segurança, quero aqui me colocar à disposição, presidente. O senhor defende essa categoria, que realmente faz um papel de suma importância. Eu me coloco à disposição da Polícia Penal do Distrito Federal, que faz um trabalho de suma importância. (Palmas.)

Quero também deixar o meu abraço a todos da Defensoria Pública e da PGDF. Conte com o nosso mandato. Paz nas escolas.

Muito obrigado pela oportunidade, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz. Nosso abraço aos familiares desses estudantes. Houve uma situação extrema, bem delicada.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix nos Comunicados de Parlamentares.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Após o deputado Fábio Félix, vou consultar se mais algum deputado ainda quer falar. Se não houver, encerrarei os Comunicados de Parlamentares e entraremos na Ordem do Dia. O projeto de vocês é o primeiro da pauta.

Enquanto o deputado estiver fazendo uso da palavra, eu gostaria que respeitassem a palavra do parlamentar.

Concedo a palavra ao nobre deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Boa tarde, colegas, deputados e deputadas, servidores da casa, imprensa que acompanha a sessão.

Saúdo todos os servidores públicos que estão hoje na galeria da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Eu já deixo aqui o nosso compromisso de votar favoravelmente ao projeto de reajuste da Polícia Penal e de votar hoje a alteração na LDO, para que tenhamos condições de votar o reajuste da assistência social, conquistado depois de uma luta importante, e a autorização de concurso público para mais de mil vagas na assistência social – isso também vai ser autorizado na LDO de hoje.

Faço uma saudação também aos trabalhadores da Defensoria Pública e aos da carreira de apoio às atividades jurídicas. Quero dizer-lhes que sabemos da importância do trabalho que vocês fazem hoje no Distrito Federal.

Lamentamos muito que o Governo do Distrito Federal tenha abandonado tanto a carreira de apoio da Procuradoria-Geral quanto a dos analistas da Defensoria Pública no processo de reajuste salarial do final do ano passado. Contem com o nosso apoio e suporte nesta casa. O governo precisa fazer justiça, já que tanto procuradores quanto defensores tiveram o aumento garantido. É um absurdo que as carreiras de apoio, que são estruturantes, não tenham tido reunião ou propostas por parte do Governo do Distrito Federal.

Pessoal, quero tratar de 2 temas que acho que têm uma importância grande. Primeiro, me parece que, para o debate sobre a política de drogas, que inclusive foi feito por um parlamentar que me antecedeu, a hipocrisia é um tanto quanto viciante do ponto de vista social. Ela é viciante porque trata a política de drogas de forma altamente artificial, sem nenhum dado científico, sem ouvir especialista, sem olhar a realidade. A hipocrisia se generalizou. Ela é fácil e, às vezes, dá até voto, porque o povo vota. É discurso fácil que se faz em relação à política de drogas. Temos visto isso.

Vamos aos fatos. As drogas já são liberadas no Brasil para quem é rico e classe média. Ou alguém já viu batida policial para pegar beque no Lago Sul, maconha na Asa Norte, na Asa Sul? Não pega. Os filhos da classe média alta e dos ricos já usam drogas à vontade neste país. Essa é a realidade. A questão das drogas hoje é uma questão de classe social. Não ajamos com hipocrisia.

O álcool, muito utilizado por muita gente na sociedade, é uma droga! Ele é uma droga que tem

consequência para a saúde mental e para a violência. O que acontece? Ele é regulamentado. Sendo o álcool uma droga regulamentada e não se criminalizando o usuário, o álcool tem tratamento, tem atendimento no Caps. É assim que acontece. Quando enfrentamos um problema sem hipocrisia, trabalhamos com um dado de realidade. Esse é o fato.

Não conseguimos tratar hoje, no Brasil, as pessoas que fazem uso problemático de drogas porque é criminalizado o uso. As pessoas não buscam os serviços de saúde. Não há serviço de saúde adequado para esse tipo de prática. A solução não é a criminalização.

Aqui estão os policiais penais. Em 1990, havia 90 mil presos no Brasil. Em 2022 já tínhamos mais de 800 mil presos. Não resolvemos o problema da segurança pública. Isso é real. Não resolvemos o problema da segurança pública porque só vamos enfrentá-lo com um mínimo de seriedade, e não com hipocrisia, e não com discurso fácil.

Há vários países que fizeram a regulamentação. Hoje a droga é liberada no Brasil. Quando você legaliza a droga, você põe limite nela, cria serviço público que olha no olho, cria diálogo com o usuário, sim, porque nem todo usuário é criminoso. Até porque todo mundo conhece alguém, presidente – vamos ser francos –, que faz uso recreativo de droga e não comete crime. Todo mundo conhece alguém. Não vamos ser hipócritas. Essa é a realidade.

A política de drogas hoje no Brasil é só o quê? Seletiva. Ela só prende um segmento da população, deputado – essa é a realidade –, porque não há batida no Lago Sul, no Lago Norte. Os filhos da classe média alta, os filhos de parlamentares, de empresários estão protegidos para fazer uso com muita tranquilidade. Essa é a realidade brasileira.

O que o Supremo Tribunal Federal quer fazer é encarar um debate com seriedade. Peguem a experiência do Uruguai, que legalizou, aqui do lado, e onde diminuiu o uso de drogas. Peguem a experiência de Portugal, peguem várias experiências que existem no mundo. Façamos um debate real sobre o tema da regulamentação do uso de drogas e de como se tratam os usuários no país. Essa é a realidade. Eu prefiro fazer o debate real.

Há gente que vai querer superlotar mais ainda o sistema prisional. Não vejo isso como solução, porque acho que o mínimo de racionalidade, cientificidade nessa temática é o que a população espera do parlamento. É isso.

Não importa se é do PL, não importa se é do PSOL, não importa se é do Centrão.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Vamos nos sentar e fazer um debate sério sobre drogas.

Esse foi o primeiro tema de que eu queria tratar. Acho importante que todo mundo o escute com um mínimo de generosidade, de cuidado, porque sabemos que a discussão tem que ser feita com qualidade política e com qualidade técnica nesta casa.

O segundo tema que eu queria tratar é em respeito ao meu colega da última legislatura, o ex-deputado distrital Leandro Grass. Todos os servidores da casa acompanharam o deputado distrital, um deputado, presidente deputado Wellington Luiz, fundamental para esta casa. Ele era um deputado que sabia de todos os assuntos, era um deputado que tinha qualidade de debate e que conhecia Brasília como ninguém. Ele se dedicava a esta casa e tinha uma agenda inexplicável, atuando em escolas, na saúde, na segurança pública, em muitas pautas.

Vejam, gente, não importa a bandeira ideológica, o partido político: todo mundo aqui respeitava o ex-deputado distrital Leandro Grass pela sua seriedade, pela sua honestidade, pelo seu trabalho justo nesta casa. Ele respeitava os servidores públicos, fez uma oposição dura ao governador Ibaneis, mas uma oposição política ao governador Ibaneis.

Ele teve a coragem, como temos tido também, de denunciar que o governador disse na campanha – e assinou um termo que assegurava isso – que ele não privatizaria a CEB, e privatizou! Ele teve coragem de dizer que o governador disse na campanha que não ampliaria o Iges-DF, e ampliou! Ele teve coragem de dizer na campanha as promessas descumpridas de Ibaneis. Outra coisa que ele disse – vamos ter senso de realidade! –, na propaganda de TV é que Ibaneis apoiava Bolsonaro. Isso não era mentira. Quem declarava isso era o próprio Ibaneis Rocha. Essa é a realidade!

Sinto hoje, com todo o respeito – porque respeito muito decisão judicial, deputado Chico Vigilante –, uma injustiça enorme com o ex-deputado distrital Leandro Grass.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Não sei se ele quer, presidente, concorrer a cargo eletivo, não sei se ele vai concorrer a cargo eletivo. Espero que ele concorra, porque ele tem uma qualidade enorme. Não tenho dúvida de que ele vai reverter essa decisão no Tribunal Superior Eleitoral, porque é uma decisão que gera um estranhamento na sociedade.

Se observarmos os comentários – sobre a falta de qualidade, o conteúdo em relação aos temas relacionados ao ex-deputado distrital Leandro Grass, a qualidade que ele dedicou a esta casa e a crítica sempre na política que ele fez nesta casa –, vemos que é uma decisão muito estranha, assim como a forma como ela foi tomada.

Deixo aqui hoje o meu recado de respeito ao ex-deputado Leandro Grass. Quero dizer a ele que conte com o PSOL na luta para que esse processo seja revertido no Tribunal Superior Eleitoral.

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Antes de encerrar os Comunicados de Parlamentares, obviamente, pergunto se há quem queira fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO ROOSEVELT – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

O nobre colega que nos antecedeu falou sobre a hipocrisia da minha fala no que se refere à falta de pesquisa científica. Pelo amor de Deus! As famílias estão sendo dilaceradas, as pessoas estão morrendo na rua por causa da *overdose* no uso de drogas!

É verdade: não são todos que fazem uso de entorpecentes que praticam os crimes clássicos que conhecemos de roubo, furto, homicídio, mas, para aquela droga chegar na mão desse usuário de bem, quantas pessoas morreram no transporte dela, na produção dela, nas rixas de bocas de fumo? Não podemos nos esquecer disso também.

O nobre colega também se lembrou do Uruguai, e eu havia me esquecido de citar esse país. No Uruguai, é legalizado o uso de drogas: 5 gramas a 12 dólares, deputado Pastor Daniel de Castro. Realmente, é um assunto entre elites, entre classes.

Cinco gramas a 12 dólares. Só quem consegue comprar a droga legalizada no Uruguai é a elite daquele país. O desfavorecido, que não tem esse recurso, deputado Hermeto, vai comprar a droga onde? Na ilegalidade. Olhem o tráfico novamente funcionando!

A esquerda mais uma vez pratica aquilo que está no artigo primeiro do estatuto deles: “Acuse os outros daquilo que você pratica”.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Roosevelt.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu queria falar para o deputado Fábio Félix – meu amigo mesmo, gosto muito dele – que eu fui líder do governo durante 2 anos aqui e tive vários embates com o ex-deputado Leandro Grass, que eu respeito. Ele é uma pessoa inteligente, não tenho nada contra ele. Porém, todas as vezes, deputado Ricardo Vale, em que havia uma operação em Brasília por qualquer motivo – um secretário que pulou fora, ou sei lá o que aconteceu –, ele ia à tribuna e chamava o governador de corrupto. Não foi só uma vez, foram várias.

Se ele foi condenado por *fake news*, não foi porque ele disse que o governador não cumpriu as promessas. Vamos deixar de hipocrisia! Todos nós, políticos, fazemos promessas, porém, muitas vezes, chegamos ao final do mandato e, seja pela estagnação da máquina, seja por intempéries da vida, não conseguimos cumprir todas as promessas. Mostre-me um governador que passou pelo Distrito Federal e cumpriu todas as promessas! Não há nenhum – nenhum! Então, todos que não cumpriram uma promessa serão atacados de todas as formas?

Nobre deputado Fábio Félix, que eu admiro muito, ele foi condenado porque foi para as redes sociais. Ele foi para uma campanha de denegrir a imagem do governador chamando-o de corrupto,

vestindo-o de Pinóquio, ridicularizando-o. Ele não só falou que o governador não cumpriu as promessas. Se ele falasse só isso, ele não teria sido condenado.

Portanto, deixe isso claro. Está certo, presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, obrigado. Trata-se de uma solicitação de uso da palavra, porque este assunto, para mim, é muito caro.

Além de pastor, sou advogado. Exerci a minha profissão por 15 anos. No escritório, minha maior atuação era no direito criminal. Deus me deu a graça de ser formado pela Academia de Polícia Civil, no curso de agente da Polícia Civil, que V.Exa. ajudou tanto que eu pudesse fazer, e lá eu aprendi muita coisa.

Presidente, a Lei das Drogas tem como objetividade jurídica a tutela da saúde pública. No tocante à descriminalização do uso das drogas, isso seria causa para a sua disseminação descontrolada, prejudicial à sociedade. Eis que haverá também, presidente, um aumento do número de dependentes, sobrecarregando, inclusive, o sistema de saúde. Só sabe o que é a droga quem tem alguém na família que usa droga. Eu estou imaginando que vai nascer no Brasil uma nova função: o traficante será um MEI, microempreendedor individual vendedor de maconha. Quem vai vender? Quem vai fiscalizar?

Presidente, V.Exa. sabe quem serão os beneficiados? Os grandes traficantes de droga. V.Exa. sabe quem serão os prejudicados? As famílias. Eu dei entrevista para o Toni do Radar e falei sobre isso. Eu acho, particularmente, uma insanidade do Supremo Tribunal Federal se imiscuir em uma atitude que não é dele. Essa voz é do parlamento. O parlamento é a maior representatividade do povo, e é do povo que emana todo o poder. Eu entendo que deveria ser consultada a sociedade brasileira. Façam uma consulta pública e vejam o que a população brasileira quer, vejam se as famílias querem.

Eu estava vindo para cá hoje quando recebi, depois da entrevista que eu dei, a mensagem de uma mãe: “Meu coração dilacerado, meu filho começou usando maconha; hoje eu não tenho controle sobre ele; me ajuda, pastor”. Sabe por que essa mãe me pediu ajuda, presidente? Porque não há quem faça esse trabalho assim como as igrejas fazem. Nós bancamos casa de recuperação. Vá a essas casas e verifique como quem está lá começou. Começou com o uso da maconha! Eu me assusto... a não ser que o Estado vá colocar, nos botecos vendedores de maconha, policial lá dentro – só pode ser – para inibir o traficante.

Então, na verdade, isso é uma falácia. Nós estamos prejudicando o Estado brasileiro ao descriminalizarmos o uso da droga. O uso da droga não deveria ser nem tema do Supremo Tribunal Federal, e o Congresso deveria ter a capacidade, a hombridade de se levantar, dar um basta e dizer “não!”, dizer: “Nós somos a expressão da população e nós vamos fazer uma consulta pública, vamos votar e dizer o que a população acha”.

Pergunte se a população quer isso. Ela não quer isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A deputada Dayse Amarilio terá de sair. Depois eu vou pedir para pararmos com as questões de ordens, senão vai virar um debate.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, não vou entrar mais no debate, minhas posições eu já coloquei. Eu só queria deixar um exemplo, porque, às vezes, a verdade já está tão cristalizada na mente das pessoas, que não há discussão possível sobre o tema.

Eu também não vou me esforçar mais, porque há muito que ser feito, há outros debates que precisamos fazer, mas um dos países mais conhecidos pelo controle rígido de drogas e criminalização, hoje, no mundo, é a Suécia. É um dos mais rígidos e hoje é um dos que tem a taxa mais alta de mortalidade de usuários e de uso de drogas. Esse é o dado da Suécia, nós estamos falando sobre um dado altíssimo, o número de mortes relacionadas ao uso de drogas por milhão de habitantes foi 8,5 vezes maior que Portugal, onde a droga é legalizada e regulamentada.

Deixo só esse dado para reflexão. Quem é contra as drogas, do meu ponto de vista, precisa ser

a favor da regulamentação, porque, do jeito como as coisas estão hoje, a droga está liberada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Ouviremos a deputada Dayse Amarilio, depois o deputado Pepa e deputado Chico Vigilante, porque o pessoal está aguardando há muito tempo, seria importante que iniciássemos as votações.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente. Boa tarde a todos e a todas. Algumas pessoas já estão na galeria ansiosas. É sempre bom votar um projeto sobre reestruturação de carreira de servidores. Estou muito feliz em estar aqui com os agentes penais, para votar o projeto. O pessoal do Sindsasc já está ali. Passamos na assembleia dos agentes comunitários de saúde.

Presidente, eu tenho falado disto há algum tempo. Infelizmente, nesta semana, perdemos 1 criança de 8 meses, que estava com dengue e com Covid. A equipe está muito abalada, deputado Joaquim Roriz Neto. Recebi uma mensagem da equipe, que está muito abalada.

Nós estamos realmente vivendo uma epidemia, mas há a questão das portas de entrada. Tenho falado muito isso aqui. A criança chegou a passar por alguns serviços. Isso mostra a dificuldade da falta de comunicação entre os sistemas e das portas de entrada. Precisamos pensar em um projeto para a saúde de Brasília, independentemente do grupo político que esteja no governo. A saúde, realmente, está muito sensível.

Já puxo o gancho para falar de algumas nomeações. Estive com os administradores, contadores e analistas, os chamados especialistas em saúde. Hoje, são 59 analistas de sistemas. São poucos administradores para a secretaria inteira, e o concurso vencerá em abril.

Então, faço um apelo. Saúde não se faz só com a área-fim, na qual o déficit também é muito grande. Faz-se saúde com a área-meio, também. Perdemos muito com a desidratação desses serviços e com a falta de pessoas que poderiam estar somando muito.

Estamos também lutando pela nomeação dos enfermeiros e dos agentes comunitários. Houve alguns chamamentos. Foram poucos, mas foi um esforço. Venho agradecer ao Governo do Distrito Federal por ter chamado servidores, mas também ratificar a necessidade de mais nomeações.

Presidente, faço um apelo a esta casa. No final do ano, ficamos até meia-noite, 1 hora da manhã, brigando sobre a derrubada dos vetos no Anexo IV. Até agora, não temos nenhuma sinalização da derrubada dos vetos, para que possamos ter mais autorização para chamamentos e mais nomeações.

Outra categoria que eu queria destacar é a PPGG. O concurso foi homologado em 2023, e, até agora, não foi nomeado nenhum servidor. Nenhum! São pessoas preparadas para trabalhar em gestão e que poderiam estar em diversas secretarias, administrações e instituições, fazendo a diferença na parte administrativa e de gestão.

Eu queria também falar de 2 categorias, além da minha, a enfermagem, que precisa ser mais reconhecida, com certeza. Os técnicos tiveram uma reestruturação, mas não tiveram aumento de remuneração. Os enfermeiros podem fazer muito mais pela saúde do Distrito Federal e sonham com a nossa reestruturação e equiparação.

Presidente, solicito a apreciação do Projeto de Lei nº 975/2024, que reestrutura a LDO, numa rubrica que autoriza o Governo do Distrito Federal a encaminhar, como já negociado, a reestruturação da carreira e o novo concurso para o pessoal da assistência social.

Faço esse pedido porque essa categoria negociou com o governo de maneira respeitosa numa mesa de negociação. Peço que essa autorização seja votada. Se votarmos essa autorização, já poderemos receber o projeto de lei. Ficarei muito feliz com o encaminhamento para votarmos essa matéria, também.

Faço também um pedido pelos agentes comunitários de saúde. Eles lotaram o auditório da Câmara: mais de 800 agentes comunitários de saúde. Nós temos uma negociação com a casa civil, com a vice-governadoria, com o próprio governador Ibaneis, que ficou de fazer o impacto disso e encaminhar. Foi dada a proposta hoje. Eu não sei o que decidiram na assembleia, mas eles fizeram um acordo, aceitando que o projeto viesse também. Eu acho que vai ser muito importante para a saúde do Distrito Federal valorizarmos o agente comunitário de saúde também.

Obrigada, presidente.

Quero convocar, convidar todos os servidores, todas as mulheres, os homens do Distrito Federal, para a primeira semana legislativa da mulher no Distrito Federal, que vai acontecer entre os dias 18 e 22, aqui na Câmara Legislativa, com muitas proposições, com muita coisa para toda a população do Distrito Federal e para os servidores também.

Eu já faço aqui um desafio: o gabinete que mais participar, que for mais ativo – inclusive, com a participação dos homens, porque haverá palestras para os homens – vai ganhar um brinde. Nós vamos fazer uma gincana e veremos quem vai ganhar. Eu perdi, na festa junina, para o gabinete de V.Exa., que foi o gabinete mais ornamentado, mas eu não quero perder em relação a isso.

Portanto, convoco todos os deputados a estimular os servidores a participar também dessa semana.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio. Parabéns pela iniciativa da semana. Desejo que V.Exa. perca de novo para mim. São meus sinceros desejos.

Concedo a palavra ao deputado Pepa. Depois passarei a palavra ao deputado Chico Vigilante. O deputado Pepa havia pedido primeiro, deputado Chico Vigilante. Na sequência, será V.Exa. Se todos concordarem, encerrarei os Comunicados de Parlamentares e darei início à Ordem do Dia com projetos de extrema importância.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. presidente, deputado Wellington Luiz, quero parabenizá-lo, porque juntos prestamos uma homenagem à nossa vice-governadora, Celina Leão. Esta casa estava bonita! A mulher tem prestígio, viu, Roosevelt? *Show demais, graças a Deus!* Meus colegas aqui do parlamento, ocupantes da galeria, policiais penais, um abraço! Estamos juntos, viu? (Palmas.)

Quero mandar um abraço para o Uirá, para a Tati, meus sobrinhos, que são de carreira da Polícia Penal, que merece todo o respeito. (Palmas.)

Servidores da Defensoria Pública, vamos para a luta. Estamos aqui justamente para dar toda a atenção a vocês.

Eu quero falar em especial aos servidores da assistência social.

Quero registrar aqui a presença da secretária adjunta Renata, porque secretária que acompanha servidores aqui na Câmara na reivindicação de suas pautas, merece respeito. Obrigado, Renata, pela sua presença.

Hoje eu estou muito feliz aqui, presidente. Muito feliz, porque a pauta hoje foi o Distrito Federal. Hoje não falamos sobre o Hamas, não falamos sobre Israel, não entramos nessa questão. Hoje aqui foi DF raiz, assunto do nosso dia a dia. Esta casa está amadurecendo bem. Isso é muito bom.

Inicialmente, eu me solidarizo com as vítimas do agressor, do rapaz de 15 anos de São Sebastião. deputado Rogério Morro da Cruz, somos deputados de cidade raiz mesmo e me solidarizo em seu nome e em nome de toda a comunidade escolar de São Sebastião, que precisa de segurança, de fato.

Outro assunto que venho trazer é que nesta casa vejo muitos falarem que o governador Ibaneis só faz viaduto, que o governador Ibaneis só faz obras. Que bom, presidente, que temos um governador que resolve o problema do trânsito no Distrito Federal e se preocupa com essa questão.

Vocês que estão há mais tempo nesta casa e discutem há décadas com nossas autoridades eclesiais sabem que era aguardada uma sinalização positiva para que fosse, de fato, dado um encaminhamento correto ao processo licitatório para regularização dos tempos religiosos do Distrito Federal. Hoje isso foi feito em uma solenidade no Palácio do Buriti. Há quanto tempo, deputado Pastor Daniel de Castro, esse assunto era debatido nesta casa? Há quantos anos ele estava sendo debatido? Hoje um direcionamento foi dado em uma sessão em que todas as religiões estavam unidas. Todas: evangélicas, católicas, de matrizes africanas. Eu nunca tinha visto uma solenidade assim ser reconhecida e abraçada no Palácio do Buriti. Parabéns, governador Ibaneis. Parabéns, Terracap e todos os envolvidos, porque isso se fazia necessário.

Por fim, peço a vocês, meus amigos: estamos entrando em mais uma Via Sacra. Ajudem-nos a realizar a Via Sacra ao vivo em Planaltina.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa. Já fizemos um compromisso e vamos contribuir com a Via Sacra, que é extremamente importante. V.Exa. tem o apoio do nosso gabinete. Essa é uma iniciativa extremamente importante para toda a população do Distrito Federal, mas, em especial, para nós, católicos.

Muito obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao nobre deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, serei breve porque quero votar. (Palmas.)

Mas algumas coisas precisam ser ditas. Foi falado aqui do processo contra o ex-deputado Leandro Grass. É muito estranho esse processo, deputado Wellington Luiz. O Leandro estava ganhando de 5 a 0. Veja V.Exa.: 5 desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral já tinham votado a favor do Leandro dizendo que o processo não procedia. Uma desembargadora do TRE que, por acaso, foi repreendida pelo Conselho Nacional de Justiça, pediu vista do processo, pediu vista do processo. E quando ela voltou com a vista do processo, ela convenceu mais 3 desembargadores que haviam votado a favor do Leandro, e esses 3 desembargadores votaram junto com ela, e deu 4 a 2.

O Leandro está recorrendo. Eu tenho certeza absoluta de que ele vai ganhar no Tribunal Superior Eleitoral, porque o processo é mal feito, está mal engendrado. Dizem que não se discute decisão judicial, mas eu discuto. Qualquer um de nós que tivesse passado por um processo desse estaria dizendo que é injusto.

Portanto, ele está recorrendo e vai ganhar no Tribunal Superior Eleitoral, eu tenho certeza disso. Eu conversava há pouco com meus colegas e dizia como é injusta a decisão que foi tomada pelo tribunal. O Leandro vai sair fortalecido desse processo, porque, quando a decisão é injusta, o paciente sai fortalecido.

Portanto, o Leandro tem todo o meu apoio e toda a minha solidariedade em função dessa injustiça que está sendo praticada contra ele.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. presidente. Eu serei breve, porque estou querendo votar o projeto dos policiais penais. (Palmas.)

Eu não poderia deixar de me solidarizar também com o ex-deputado Leandro Grass, uma pessoa que eu conheço muito bem. Um jovem, uma pessoa que tem um futuro brilhante na política; que exerceu um excelente mandato nesta casa, que representou muito bem, na campanha eleitoral, um campo político de esquerda, de centro-esquerda nesta cidade.

Sabemos que, durante as eleições, os nervos se acirram, as coordenações de campanha orientam os candidatos. Acontecem ações judiciais para tudo quanto é lado. Eu vi a campanha do governador Ibaneis conseguir tirar várias publicidades do candidato Leandro Grass. E vi também o contrário, vi a coordenação de campanha do Leandro Grass conseguir na justiça tirar várias propagandas do governo Ibaneis.

Portanto, eu achei muito esquisita, muito estranha essa decisão do TRE. Ainda mais acusar o Leandro Grass de *fake news*. Sabemos quem é que faz *fake news* neste país. Geralmente, quem produz *fake news* neste país é a extrema-direita. Nós tivemos inclusive um ex-presidente, que hoje está inelegível, porque usou esse método de *fake news* o tempo inteiro. Mentindo, mentindo, mentindo, mentindo.

Então, felizmente, o processo está na 1ª instância. O Leandro Grass irá recorrer, e eu tenho certeza de que no TSE ele irá reverter essa decisão porque eu o conheço e sei que o que aconteceu ali foi um processo natural de uma campanha acirrada, onde o Leandro quase foi para o 2º turno. Quase, faltou um pouquinho de votos. E é natural que aconteça esse tipo de coisa.

Então, fica aqui a minha solidariedade, eu confio no Leonardo Grass, sei que ele sairá dessa e continuará a ajudar o Distrito Federal com a sua juventude, com a sua força, assim como foi um excelente parlamentar nesta casa e que também o será, representando o povo do Distrito Federal.

Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente; boa tarde aos parlamentares presentes; boa tarde aos assessores; a vocês que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e pelo YouTube; boa tarde para quem está na galeria e, em especial, boa tarde aos nossos policiais penais. (Palmas.)

Dirijo novamente a vocês todas as palavras que o líder do Partido Liberal, deputado Joaquim Roriz Neto, dirigiu há poucos minutos. Faço minhas as palavras de S.Exa. Não posso deixar de tocar nesse assunto, ainda que de forma bem superficial, sobre a decisão do TSE, não a decisão em si a respeito do Leandro Grass, mas há 1 frase em especial, dita há pouco por um parlamentar de esquerda – abro aspas –: “Decisão judicial se discute, sim.” – Fecho aspas. Depende, a esquerda pode discutir decisão judicial; se a direita discutir decisão judicial, é ataque às instituições, é ato antidemocrático, infelizmente, no Brasil, tudo depende do viés.

Mas não é sobre esse assunto que eu quero tratar. Quero falar sobre o assunto que mais aflige a vida do cidadão comum, do cidadão médio em Brasília e no Brasil: emprego, renda, dinheiro no bolso para poder sustentar a sua família. A ausência de empregos formais no Brasil gerada por mais de 1 década de uma política econômica desastrosa de governos de esquerda fez com que milhares de pessoas no Distrito Federal passassem a trabalhar para aplicativos, ou por aplicativos. É o caso do Uber, do 99, do iFood. Milhares de pessoas no Distrito Federal sustentam suas famílias pelo trabalho feito por intermédio dessas redes e desses aplicativos. Não é o aplicativo que contrata a pessoa. O aplicativo disponibiliza um serviço: se a pessoa quiser cadastrar-se nele e prestar o serviço, recebe contraprestação pecuniária, dinheiro, só pelo serviço prestado.

Aí, o atual mandatário que ocupa hoje o Palácio do Planalto, o pai dos pobres, o pai da mentira, na verdade, decidiu perseguir os aplicativos. Ontem ele falou assim – abre aspas –: “Nós vamos encher o saco do iFood até que o iFood venha aqui e negocie.” – Fecho aspas. Em outras palavras: vamos perseguir os aplicativos. Ele está perseguindo milhões de brasileiros e milhares de brasilienses que têm renda oriunda dos aplicativos. É simples assim.

É incompreensível que alguém, a essa altura do campeonato, no mundo em que nós vivemos, onde tudo se faz pela internet – o mundo hoje é quase todo virtual, digital, eletrônico –, que o homem de Neandertal, o pai da mentira, queira novamente levar o Brasil para a década de 1940, em uma suposta luta por direitos, que, ao final das contas, só gerará pobreza, ruína e miséria porque esses aplicativos irão embora do Brasil, as pessoas ficarão sem trabalho; as famílias, ao final das contas, sem comida, sem sustento.

É incompreensível, mas dá para entender, porque há bem pouco tempo ele falou que os livros de economia não servem para nada, que os economistas não entendem de economia. Quem deve entender é ele, que se comporta como se tivesse o QI de um quadrúpede

O modelo de negócios do iFood é um modelo que cobra uma taxa de quem usa – e só de quem usa – de acordo com a concorrência: se aparecer alguém que faz mais barato, ganha a concorrência. O Estado, não. O Estado cobra imposto indistintamente, impostos altos e sem a possibilidade de você não usar, ou não pagar, quero dizer. No modelo de negócios do iFood e do Uber, outras empresas podem competir; já o Estado monopoliza, ou seja, não compete contra ninguém. Se há uma competição para o iFood, para o Uber e para os outros, isso significa que o serviço deles precisa ser bom, porque, se não for bom, o consumidor para de usar; se parar de usar, vai à falência. E o serviço público? Basta ir a um hospital público e ver as pessoas sofrendo com dengue; é só ir a uma escola pública e ver como é ruim o serviço público! Não há competição. Para que vai melhorar a gestão? Para que vai melhorar a alocação de recursos dos pagadores de impostos se você não compete com ninguém, se é um monopólio seu?

No modelo do iFood e do Uber, se o cara rouba a empresa, ele é demitido; no governo, ninguém é dono; se ninguém é dono, os roubos são enormes, e ninguém demite ninguém. É o que vemos no Brasil. No modelo do iFood e do Uber, se o cara explora alguém, ele é processado e responde na justiça; no modelo estatal, governamental, o governo explora a sociedade através de altos impostos, e nada, absolutamente nada acontece.

Eu encerro essa breve fala agradecendo ao Ranking dos Políticos, que fez uma postagem dizendo absolutamente tudo o que eu disse aqui, comparando o modelo de negócios da iniciativa privada do iFood com o modelo de “negócios” – entre aspas – governamental, estatal, que nada faz além de tirar dinheiro do bolso dos pagadores de impostos e oferecer serviços ruins.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Agradeço todos os comunicados.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pergunto aos Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos 215 vetos e apreciarmos as demais matérias constantes na Ordem do Dia e os itens da extrapauta.

Não havendo manifestação em contrário, passamos ao primeiro item da pauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação em 1º turno do Projeto de Lei nº 969/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Foram apresentadas 2 emendas de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer sobre as emendas.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 969/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Presidente, retorna a esta comissão o Projeto de Lei nº 969/2024 para análise das emendas apresentadas em plenário.

Foram apresentadas 2 emendas. A Emenda nº 1 visa a incluir a previsão de nomeações para o cargo de procurador do Distrito Federal. A Emenda nº 2 visa ao fortalecimento da carreira de defensor público com a previsão de criação e provimento de cargos.

No âmbito dessa comissão, manifesto o voto pela admissibilidade das emendas apresentadas ao parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 969/2024 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo que “reestrutura a Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo que “reestrutura a Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, é com muito prazer que votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 974/2024.

Esse é o parecer, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo que “reestrutura a Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

Quero destacar, para além dos argumentos técnicos deste parecer, que a atuação da Polícia Penal é de grande importância para fortalecer o sistema de segurança do DF. A presença dessa força policial especializada contribui para a segurança interna dos estabelecimentos prisionais, garantindo a ordem e a disciplina. O policial penal desempenha um papel fundamental na prevenção e no controle de situações de fuga, rebeliões e outras ocorrências dentro do sistema carcerário, arriscando a própria vida para promover, assim, a eficácia do sistema penitenciário e garantir o bem-estar da população do Distrito Federal.

Trata-se de uma categoria que merece a valorização e o reconhecimento desta casa. O projeto de lei visa à reestruturação da carreira da polícia penal do Distrito Federal. O texto estabelece que os servidores serão pagos por subsídio, que incluirá, além do salário básico, adicionais noturno, de periculosidade, de insalubridade e de tempo de serviço e gratificação por habilitação em atividades penitenciárias.

A proposta está acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro para esse exercício financeiro e os 2 subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, e cumpre as regras das normas orçamentárias e de finanças públicas vigentes, razão pela qual votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 974/2024.

É o parecer. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, eu avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer, sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 974/2024, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura a carreira da Polícia Penal do Distrito Federal”.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 974/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 975/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 975/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Os assistentes sociais desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, buscando mitigar as desigualdades e promover a igualdade de oportunidades para todos. São servidores que merecem a valorização e o reconhecimento do poder público e de toda a população do Distrito Federal.

A proposta visa a modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, buscando incluir autorização para a reestruturação da carreira pública de assistente social do DF. Além disso, propõe

autorização para a realização de concurso público.

Quanto à sua admissibilidade, a presente proposição não acarreta aumento de despesa, uma vez que as alterações referentes à despesa de pessoal na Lei de Diretrizes Orçamentárias dizem respeito apenas ao seu caráter autorizativo.

Diante do exposto, no âmbito dessa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 975/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 975/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria agradecer ao sindicato, que foi muito respeitoso e guerreiro, que fez um diálogo muito coerente junto ao governo. Eu queria agradecer também por essa alteração ter chegado. Eu acho que as coisas positivas precisam também ser colocadas. Quero não só agradecer, mas pedir também uma celeridade. Nós conseguimos, com essa autorização da LDO, a previsão orçamentária. Agora, só volta o projeto para nós fecharmos o mês de março com muita alegria, valorizando esses servidores.

Ratifico o meu pedido e agradeço ao Governo do Distrito Federal. Peço ao Gustavo Rocha, que recebeu a categoria, e ao Ney, que o encaminhem, para que nós possamos votar esse projeto ainda neste mês.

Parabéns, sindicato, parabéns aos agentes. Estamos aqui à disposição de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, queria, da mesma forma que a minha colega deputada Dayse Amarilio, saudar com muita força os servidores e as servidoras da carreira pública de assistência social do Distrito Federal. São diversos segmentos dentro dessa carreira que tocam uma das políticas mais fundamentais hoje para se enfrentar a desigualdade social, que é a política pública de assistência social.

O Sistema Único de Assistência Social, com todos os seus órgãos e complexidades, é gerido pelos servidores da carreira pública de assistência social. Então, queria saudar vocês pela luta.

V.Exa., presidente, foi presidente de sindicato, sabe que nada vem de graça. É com muita luta, e essa categoria foi guerreira. Ela fez uma greve histórica e só conquistou o que está conquistando agora porque teve coragem de lutar. Servidor tem de lutar e lutar muito para conquistar. Nós sabemos as dificuldades que existem não só no DF, mas no Brasil inteiro.

Quero saudar a direção do Sindisasc. Eu tenho muito orgulho porque eu já fui filiado a ele. Hoje não estou filiado mais, mas já fui filiado ao Sindisasc, que é um sindicato importante do Distrito

Federal. Saúdo a categoria, os colegas que lutaram muito e que conquistaram essa vitória hoje.

Muito obrigado, presidente, pelo esforço de V.Exa. É importante registrar o esforço do presidente da Câmara, sempre pressionando o governo e batalhando para que essa conquista saísse também. Muito obrigado, deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Retribuo os agradecimentos. Parabenizo publicamente o deputado Fábio Félix. Os méritos são do deputado, que contribuiu muito para que chegássemos a esse resultado. Fica aqui o nosso agradecimento ao deputado, ao sindicato pela condução, e a todos os servidores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu peço a V.Exa. a inclusão do Projeto de Resolução nº 6/2019, na pauta agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação de V.Exa. Peço para se incluir na pauta o Projeto de Resolução nº 6/2019. É o Código de Ética.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sim, mas havia uma discussão sobre isso. Porém, já está tudo certo, não está, deputado Thiago Manzoni? Houve um acerto com todos os deputados, acredito que todos já concordam com isso. Eu falei há pouco com o Willemann. Ele me disse que tirou todas as dúvidas. Então, se todos concordarem, eu acho que é importante para esta casa apreciar e aprovar esse projeto.

Item nº 222:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do deputado Chico Vigilante, que “institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Ricardo Vale, que emita parecer Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do deputado Chico Vigilante, que “institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

O novo Código de Ética e Decoro Parlamentar sistematiza tudo em um texto único e aprimora os institutos processuais, estabelecendo um rito facilmente compreensível e acessível a todos quantos queiram entender os procedimentos para apurar as infrações cometidas pelos deputados. O que certamente traz mais segurança jurídica e mais clareza ao processo, pois todas as etapas e atos necessários ao devido processo legal estão sendo postos num texto único e de maneira explícita e com cronologia adequada. Também é importante mencionar a segregação das competências. Estamos passando as competências sobre ética e decoro parlamentar da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania para um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o que certamente refletirá em ganhos na condução da matéria por esta casa. Esse conselho terá 5 membros compostos na forma da proporcionalidade partidária.

Feitas essas considerações e registros, assinalo que o substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça aprimora o texto e demonstra ser possível construirmos um novo código de ética e decoro parlamentar que contempla as diversas posições políticas e ideológicas com as quais convivemos diariamente na sociedade e nesta casa.

Em plenário foram apresentadas 14 subemendas que estão analisadas com detalhes de forma anexa a este parecer.

Aqui vou fazer apenas um breve resumo analisando por tema. Em caso de destaque, vou ler o que escrevi sobre elas. Quanto às emendas no plenário, creio que contribuem para fazer os ajustes finais.

Por essas razões, nesta Comissão de Defesa e Direitos Humanos, Cidadania Ética e Decoro Parlamentar, voto pela aprovação do substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça,

Emenda nº 62, ao Projeto de Resolução nº 6/2019, e pela aprovação das Subemendas nº 76 a 84.

Esse é o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, não deu tempo de chegar aqui, nós fizemos um acordo e eu estou pedindo para retirar a Emenda nº 70.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok. Solicito que seja retirada a Emenda nº 70, conforme o acordo.

Solicito que se retifique o parecer.

DEPUTADO RICARDO VALE – Retificando o parecer, acato a retirada da Emenda nº 70. Está retirada. As demais estão aprovadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar está aprovado com a presença de 19 deputados.

A presidência designa o deputado Ricardo Vale para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao relator, deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Pela Mesa Diretora da Câmara Legislativa, voto pela aprovação do substitutivo apresentado na CCJ à Emenda nº 62 ao Projeto de Resolução nº 6/2019 e pela aprovação das Subemendas nºs 76 a 84. Este é o voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 6/2019, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade das Subemendas nºs 76 a 84.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 6/2019, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis.

Está aprovado.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador) – Presidente, esse projeto estava tramitando desde 2019. Portanto, quero agradecer, neste momento, a todos os relatores: deputado Robério Negreiros; deputado Ricardo Vale; deputado Thiago Manzoni, que relatou pela Comissão de Constituição e Justiça.

Esse é um projeto que inova a questão do Código de Ética desta casa, que já estava ultrapassado. Ele traz uma série de inovações. Portanto, estamos dando uma nova roupagem para a questão do Código de Ética nesta casa.

Parabenizo V.Exa., que se empenhou bastante pela aprovação desse instrumento. Ele não é um projeto do deputado Chico Vigilante, é um projeto do deputado Chico Vigilante e de mais 16 deputados que o assinaram. Portanto, é um projeto da casa, e V.Exa. se esforçou muito para essa aprovação.

Agradeço ao deputado Thiago Manzoni. Somos de ideologias diferentes, mas, quando é para o bem da casa, convergimos efetivamente num sentido. Hoje o deputado que mais apresentou emendas foi o deputado Pastor Daniel de Castro. Depois S.Exa. se convenceu da necessidade da retirada das emendas e, agora, o nosso Código de Ética está aprovado. Obrigado a V.Exa. porque retirou algumas emendas, o que foi importante.

Quero agradecer – ele não gosta que o elogiemos – a participação do Willemann, que foi quem me ajudou a escrever esse Código de Ética. Ele é o mentor intelectual do projeto. Portanto, você está de parabéns, também, Willemann!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Essa é mais uma importante conquista para a nossa gestão. Nós temos vencido barreiras e barreiras e temos conseguido apresentar para a sociedade – porque isso resulta em ganho para a sociedade – um código de ética que há muito tempo esta casa merecia.

Parabéns a V.Exa., que foi o autor inicial, mas, como bem disse V.Exa., o projeto foi feito a muitas mãos, com a participação dos deputados. Mais uma vez, o nosso amigo Willemann teve uma participação fundamental, ele e os demais assessores. Então, fica aqui o nosso agradecimento.

Fico muito feliz de Deus ter me dado a oportunidade de estar sentado nesta cadeira em momentos tão importantes como este. Há poucos dias, fizemos a reestruturação de cargos desta casa, atendendo os nossos servidores efetivos e, assim, estamos indo adiante, vencendo tabus e conseguindo apresentar, realmente, números impressionantes.

Muito obrigado. Parabéns a todos os parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni para declaração de voto.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Presidente, na verdade, só gostaria de me unir ao deputado Chico Vigilante e parabenizá-lo por conduzir esta casa em pautas tão importantes, tanto para o Distrito Federal quanto para a própria Câmara Legislativa.

Agradeço a toda a equipe de assessoria, que nos auxiliou nesse intenso debate que aconteceu. Eu gostaria de agradecer ao Willemann e ao Vítor, que trabalharam muito nesses meses e, em especial, à equipe de assessoria do deputado Pastor Daniel de Castro, pois, ao apresentar as emendas, também discutimos bastante. Eu gostaria de agradecer a essas pessoas que contribuíram, e muito, para que chegássemos a esse consenso e, hoje, houvesse a aprovação do Código de Ética.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni. Mais uma vez, agradecemos ao Vítor e aos demais assessores que tanto contribuíram para esse trabalho. Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro para declaração de voto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente.

Eu também quero ir nessa mesma linha de agradecimentos.

Nós, o PP e o PT, convergimos. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sempre estiveram do mesmo lado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Houve grandes debates, e a nossa assessoria apresentou uma série de emendas. Aqui, de coração, quero agradecer a todos, porque esse novo Código de Ética era um instrumento de que esta casa precisava. Quero parabenizar todos os deputados, as equipes, o Willemann, que fez um grande trabalho, o Vítor, o doutor Diógenes do nosso gabinete.

Também entendo que 2 pessoas foram de fundamental importância nesse processo, além do deputado Chico Vigilante e do deputado Fábio Félix, que tanto debateram. Uma delas é o nosso presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que fez um brilhante trabalho na CCJ. Meus parabéns. A outra é o nosso presidente.

Quero dizer que, senhor presidente, V.Exa. tem sido um presidente iluminado. Deus tem lhe dado a graça de fazer grandes entregas. Recentemente, fizemos a entrega da reestruturação da própria casa, um trabalho também do Willemann, que passou pela Primeira Secretária, veio da gestão do nobre deputado Iolando. Deus tem lhe dado essa graça de fazer grandes entregas. Assim, esta casa tem se mostrado para Brasília como uma grande casa de leis, sob a sua presidência. Parabéns. Que Deus o abençoe!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

As palavras são essas mesmas. É uma graça o que Deus tem nos concedido: poder participar de um momento tão importante. Eu sou apenas 1 deputado entre os 24 parlamentares. Fico muito feliz de ter tido a confiança de V.Exas. para, em um momento tão importante como este, estar fazendo a gestão desta casa.

Muito obrigado, deputado. Parabéns pelo trabalho.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix para declaração de voto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu também gostaria de registrar esse esforço coletivo em torno dessa proposta. O primeiro signatário é o deputado Chico Vigilante, e sou coautor dessa proposta, apresentada na legislatura passada. Acho que é um ganho a criação de um conselho de ética no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, assim como sua separação da Comissão dos Direitos Humanos, que, agora, é ampliada também para a Comissão de Legislação Participativa. Acho que isso é um ganho para esta casa, que se atualiza e segue a orientação de outras casas legislativas no país. Então, acho que isso é um ponto positivo.

É óbvio que, de todos os lados, houve proposições para ampliar o texto, para discuti-lo. Nós tínhamos propostas para o texto que não foram possíveis na sua composição, mas acho que isso é parte do processo. O mais importante foi esse esforço coletivo para que a proposta fosse aprovada e para que o diálogo fosse efetivado.

Dito isso, o deputado Chico Vigilante já tocou na questão central, em um ator importante: o Willemann, que foi muito importante nesse esforço. Temos de reconhecer que são muitos servidores e servidoras que estão conosco o tempo inteiro, tentando ajudar, colaborar para esse processo. Hoje, o Conselho de Ética está na Comissão Direitos Humanos. O secretário da comissão, Gabriel, também está aqui. Houve esse esforço de vários segmentos desta casa para que essa proposta fosse finalmente aprovada hoje. Nesse esforço, incluem-se as divergências partidárias, políticas, a conversa permanente. Hoje, votamos, por unanimidade, a proposição. Espero que isso seja um passo, um avanço para Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Obrigado presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Mais uma vez, parabéns pelo esforço concentrado de todos os parlamentares e assessorias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Roosevelt para declaração de voto.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só quero reforçar que o Código de Ética enfrentou uma série de questões, mas há uma que enfrentou que foi muito interessante. Aqui ou o deputado era santo ou era cassado. E majorou-se a punição.

No Código Penal, nas leis penais em branco, que são externas ao Código Penal, em todos os crimes, as penas são graduadas, individualizadas, de acordo com a responsabilidade e a intenção do agente. Aqui na Câmara Legislativa, não. Por qualquer ato, por qualquer desvio de comportamento do parlamentar, a punição era simplesmente a cassação.

A proposta, feita por várias mãos aqui que foram citadas, graduou eventual comportamento inadequado do parlamentar. Isso é um grande ganho. Isso não tira de nós parlamentares a responsabilidade de mantermos uma conduta retilínea em relação à sociedade, que nos tem como um bom exemplo. Nós temos que ter essa conduta mesmo.

Parabéns ao presidente, ao deputado Thiago Manzoni, ao deputado Chico Vigilante, deputado Pastor Daniel de Castro. Aos outros colegas que contribuíram nesse processo eu dou os meus parabéns.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Roosevelt. V.Exa. foi extremamente feliz. A dosimetria da pena é uma questão de justiça. V.Exa. lembrou muito bem e eu o parabenizo. Agradeço.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto para declaração de voto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, V.Exa. está de parabéns. V.Exa. e toda a equipe, deputado Thiago Manzoni, deputado Chico Vigilante, deputado Fábio Félix.

Tinha que ser na sua gestão, presidente. Como disse bem o deputado Roosevelt: ou cara estava no inferno ou estava no céu. Todo ser humano é capaz de cometer um deslize aqui, falar uma besteira ali. Não sabemos do dia de amanhã. Ninguém está livre disso. A primeira coisa era: cassa fulano. Cadê o meio termo? Não existe? Espero nunca precisar da Comissão de Ética, mas ela foi feita por boas mãos. Graças a Deus.

Parabéns a essa equipe que gestou e pariu. Nunca na casa havia acontecido isso. Parabéns a toda a equipe envolvida. O Willemann e toda equipe fazem parte da Câmara Legislativa desde o primeiro concurso.

Parabéns a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 224:

Discussão e votação, em turno único, dos requerimentos:

– Requerimento nº 1.152/2024, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 749/2023, que dispõe sobre o licenciamento para a realização de eventos, no dia 28 de fevereiro de 2024, às 19h, na Sala de Comissões Itamar Pinheiro”;

– Requerimento nº 1.166/2024, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “Requer a realização

de audiência pública, no dia 12/03/2024, para discutir o direito à cidade da população em situação de rua”;

– Requerimento nº 1.170/2024, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Requer a realização de Audiência Pública sobre o “Dia Mundial da Água”, no dia 26 de março de 2024, às 10h, no Plenário da CLDF”

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.183/2024, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “requer a realização de Audiência Pública, no dia 14 de março de 2024, às 19 horas, no Sítio Hebrom – Núcleo Rural Monjolo, Chácara 23, para debater sobre os problemas enfrentados pelos moradores do Núcleo Rural Monjolo, na Região Administrativa do Recanto das Emas”.

Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências justificadas.

Estão aprovados.

Item nº 225:

Discussão e votação, em turno único, das moções:

– Moção nº 633/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que “Moção de Louvor em Sessão Solene em reconhecimento e homenagem ao aniversário de 20 anos da Cidade Estrutural, a realizar-se no dia 16 de fevereiro de 2024, às 10h, no Centro Olímpico da Estrutural, localizado no SCIA – Área Especial 02, Setor Norte da Estrutural – Região Administrativa SCIA e Estrutural – RA XXV, Distrito Federal”;

– Moção nº 634/2024, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Policial Rodoviário do Distrito Federal, EDUARDO HENRIQUE LEMOS, pelo comprometimento e profissionalismo demonstrado nos trabalhos prestados à população da Região Administrativa de Santa Maria”;

– Moção nº 635/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes anos de serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião de suas aposentadorias no Hospital Materno Infantil – HMIB”;

– Moção nº 640/2024, de autoria do Deputado Thiago Manzoni, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor ao cidadão que especifica, pelos relevantes serviços prestados para a população do Distrito Federal”;

– Moção nº 641/2024, de autoria do Deputado Thiago Manzoni, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor ao cidadão que especifica, pelos relevantes serviços prestados para a população do Distrito Federal”;

– Moção nº 642/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 643/2024, de autoria do Deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do GTM 45, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, que resultou no salvamento de um cidadão”;

– Moção nº 644/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 645/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane que “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 646/2024, de autoria do Deputado Roosevelt, que “Reconhece e apresenta votos de louvor ao Sargento MARCELO LUIS LEÃO, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo ato de bravura demonstrado na sua intervenção corajosa em um incêndio de grandes proporções ocorrido em uma indústria no Setor Aeroviário, em Goiânia, no dia 17 de setembro de 2023”;

– Moção nº 647/2024, de autoria do Deputado Martins Machado, que “Manifesta votos de Louvor e homenageia presidentes da Torcida Organizada do São Paulo Futebol Clube, Dragões da Real, pelos excelentes serviços prestados à população do DF”;

– Moção nº 648/2024, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos aos Bombeiros Militares do Distrito Federal, abaixo descritos, pelo comprometimento e profissionalismo, demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, fato ocorrido em 08/01/2023”;

– Moção nº 649/2024, de autoria do Deputado Hermeto, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos a todos os homenageados da Sessão Solene em homenagem ao aniversário da Cidade, que prestaram serviços relevantes ao Riacho Fundo I”;

– Moção nº 650/2024, de autoria do Deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do 6º BPM, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, que resultou no salvamento de um cidadão”;

– Moção nº 651/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do 50º aniversário do HRT”;

– Moção nº 652/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do 50º aniversário do HRT”;

– Moção nº 653/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 654/2024, de autoria da Deputada Dayse Amarilio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal, em ocasião da sessão solene em homenagem aos 36 anos do Conselho dos Direitos da Mulher”;

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, em bloco, das seguintes moções:

– Moção nº 655/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, “Moção de Louvor em Sessão Solene em Defesa das Prerrogativas da Advocacia do Distrito Federal, a realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2024, das 19:00 horas às 22:00 horas, no Plenário da CLDF”;

– Moção nº 656/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, “Moção de Louvor em Sessão Solene em reconhecimento e homenagem ao aniversário de 20 anos da Cidade Estrutural, a realizar-se no dia 16 de fevereiro de 2024, às 10h, no Centro Olímpico da Estrutural, localizado no SCIA – Área Especial 02, Setor Norte da Estrutural – Região Administrativa SCIA e Estrutural – RA XXV, Distrito Federal (COMPLEMENTO)”;

– Moção nº 657/2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do 50º aniversário do HRT”;

– Moção nº 658/2024, de autoria do Deputado Hermeto, que “reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares do 15º BPM, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, que resultou na prisão de dois criminosos, no Setor Santa Luzia, Cidade Estrutural/DF”.

Em discussão as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 20 deputados.

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno, em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 969/2024;
- Projeto de Lei nº 974/2024;
- Projeto de Lei nº 975/2024;
- Projeto de Resolução nº 6/2019.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h06min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde  
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde  
BPM – Batalhão de Polícia Militar  
Caps – Centro de Atenção Psicossocial  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso  
CEB – Companhia Energética de Brasília  
Cepom – Complexo de Ensino da Polícia Militar  
CIL – Central de Intermediação em Libras  
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Comep – Convenção de Ministros Evangélicos Pentecostais  
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal  
HRT – Hospital Regional de Taguatinga  
IFB – Instituto Federal de Brasília.  
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
MDB – Movimento democrático Brasileiro  
MEI – Microempreendedor Individual  
PDTT – Plano de Desenvolvimento de Transporte Público sobre Trilhos  
PGDF – Procuradoria-Geral do Distrito Federal  
PP – Partido Progressista.  
PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal.  
SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento  
Seplad – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal  
Sindsasc – Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal.  
Subsaúde – Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho  
Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos.

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 06/03/2024, às 15:38, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **1568212** Código CRC: **F4FCE53E**.